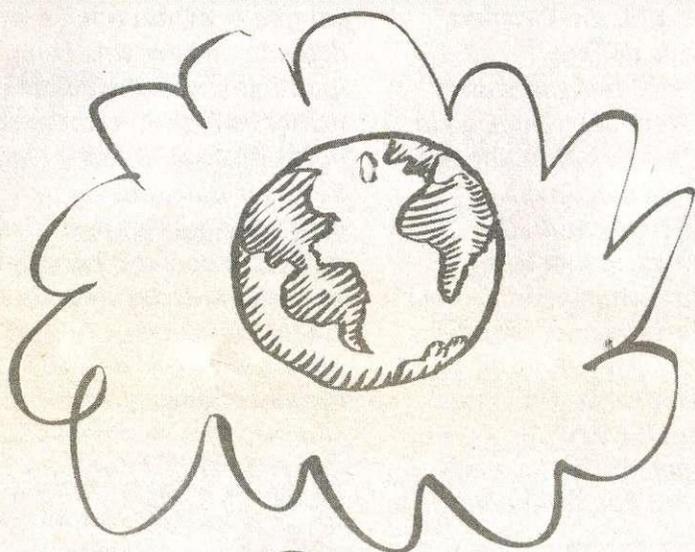
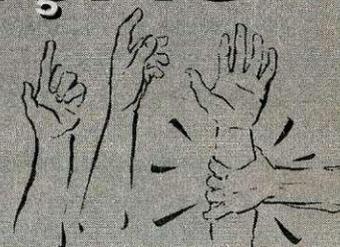


## RETROCESSO NA ORGANIZAÇÃO DOS PSICÓLOGOS

CONTRARIANDO DECISÃO DO I E II CONGRESSOS NACIONAIS DA PSICOLOGIA, ASSEMBLÉIA  
REDUZ NÚMERO DE REPRESENTANTES PAULISTAS NOS EVENTOS DA CATEGORIA

PÁGINAS 6 E 7



## Psicologia e Cultura

O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DETERMINOU UMA ORDEM MUNDIAL EM QUE O INDIVÍDUO FOI O GRANDE PERDEDOR NAS DIVERSAS ESFERAS DE SUA VIDA. A PSICOLOGIA, COMO CIÊNCIA DO INDIVÍDUO, PRECISA ASSUMIR SEU PAPEL DE CRÍTICA DA CULTURA

Páginas 8 e 9

**1º DE DEZEMBRO:  
DIA MUNDIAL  
DE COMBATE  
À AIDS**

**CRP realiza  
evento para  
discutir a Ética  
em tempos de  
HIV**

VEJA NAS PÁGINAS 10 E 11

**PSICÓLOGO DA  
SAÚDE CONQUISTA  
JORNADA DE 30H**

VEJA NA PÁGINA 13

**GOVERNO  
NEOLIBERAL  
DESREGULAMENTA  
PROFISSÕES**

PÁGINA 13



### HOMENAGEM

#### MADRE CRISTINA (\*1916 +1997)

COM O COMPROMISSO DE DAR CONTINUIDADE

À SUA LUTA POR UMA SOCIEDADE JUSTA,

DEMOCRÁTICA E IGUALITÁRIA, O CRP-06 REEDITA

SUA ENTREVISTA CONCEDIDA EM 1995. PÁGINAS 3 A 5.

LEIA TAMBÉM NA PÁGINA 6, TEXTO INÉDITO DE MADRE CRISTINA

CEDIDO PELO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE AO CONSELHO.

**Orientação: para onde vai seu dinheiro**

PÁGINA 16

## EDITORIAL

## ADEUS MADRE CRISTINA

**N**ão é possível resumir em poucas palavras a vida de Madre Cristina, cujo falecimento no dia 24 de novembro deste ano deixa uma lacuna no cenário científico e político do Brasil.

A existência do Instituto Sedes Sapientiae é um parâmetro para aqueles que ainda não conseguem vislumbrar o efeito desta perda. Mas isso ainda diz pouco. Antes de criar o Instituto, em 1977, que definia como "um espaço para todos aqueles que quiserem estudar e praticar um projeto para a transformação da sociedade", teve participação decisiva na regulamentação da profissão de psicólogo, enfrentando as resistências corporativas daqueles profissionais que julgavam ser a psicologia uma área restringível ao exercício clínico e sua prática privativa da medicina.

Não se limitou, porém, aos embates em defesa da ciência. É

impossível falar em Madre Cristina sem reverenciar sua luta pela liberdade e dignidade política no doloroso período da ditadura militar, em que inúmeros brasileiros foram dizimados em nome de uma ordem social para poucos privilegiados. Embora sob constantes ameaças de morte e prisão, defendia os presos políticos e apoiava os poucos sobreviventes, assim como os familiares dos assassinados naquela carnificina genocida, mostrando que a dignidade do trabalho do psicólogo está intimamente ligada à luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A atitude corajosa, ousada, obstinada até, em lutar para salvar vidas e ideais tornaram Madre Cristina um símbolo da resistência ao regime totalitário, mas, mais do que isso, um exemplo vivo da esperança e da importância de que nosso exercício profissional não seja

dissociado de nossa vida pessoal, de que nossas manifestações a respeito de outrem não negligenciem a influência determinante do nosso meio circundante, atitude que às vezes tomamos em nome de uma pretensa "neutralidade científica" que muitas vezes esconde o medo de enfrentar desafios e buscar soluções construídas arduamente pelo confronto, em respeito à diversidade e pluralidade.

Devemos à Madre Cristina, portanto, mais do que agradecimentos por sua vida corajosa e digna. Devemos a ela o compromisso de continuar sua luta pela participação da psicologia e suas entidades representativas na incessante batalha pela manutenção de uma sociedade justa, democrática e embasada nos princípios da carta de Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Neste momento de luto, a reflexão sobre nossa função

social torna-se ainda mais premente. A escalada do neoliberalismo, com seus tentáculos voltados para o total desmonte das políticas públicas e para o pleno incentivo ao individualismo e a conseqüente pasteurização da singularidade, nos coloca preocupações inadiáveis quanto ao exercício profissional da psicologia. Precisamos defender uma prática profissional calcada em princípios de uma ética universal que combata a miséria e defenda valores tais como igualdade, solidariedade e justiça social. Acreditamos, portanto, que, lutando para desvelar diariamente as contradições de nosso sistema político e social e para vencer as ambigüidades de nossa ciência, estaremos fazendo mais do que divulgar agradecimentos formais. Estaremos, sobretudo, cumprindo o dever de semear os frutos deixados por nossa eterna Madre Cristina.

## CARTAS

## "EXAME PSICOLÓGICO..."

Não creio que os anseios do homem consciente que busca a reflexão restrinjam-se a uma casual e modesta participação na realidade. É o que, de forma surpreendente, o artigo "Exame psicológico: veto inoportuno", um depoimento ético evidencia.

Nele se registra a preciosa contribuição de Suely Ap. Zoco e Marisa S. Ferreira, no Jornal da Tarde de 26/10/97. Meus parabéns a ambas.

A análise apresentada no artigo não é mera especulação cognoscitiva eivada de psicologismos. Trata, a meu ver, do que há de mais intrínseco no ser humano: sua liberdade.

Ante as contradições de nossa época, em março do ano em curso a sra. secretária de Educação em São Paulo desprezou a psicologia, pretendendo

excluí-la do 2º grau. E, agora, "o veto presidencial aos exames psicológicos para condutores de veículos no Novo Código de Trânsito Nacional".

É paradoxal tudo isso, porque se dá sob a égide da autocracia.

Por que não se ouvem os órgãos responsáveis? Por que não se consulta a sociedade? Eros (vida) e Tânatos (morte) também se manifestam no trânsito. Conforme se equilibram, haverá alternadamente as tendências construtivas ou a agressividade contra o semelhança.

No contexto convulsionado em que nos inserimos, sr. Presidente, não se pode ignorar a contribuição da "psicometria".

Além da habilitação do motorista, as condições psíquicas favoráveis são fundamentais.

Assim sendo, sr. Presidente, em nome da ética, o "Novo Código" deve mantê-lo, cabendo obviamente aos conselhos regionais aprimorá-lo e, sobretudo, fiscalizá-lo.

José Geraldo Meireles  
CRP - 06/9117

## PROTESTO

Faço deste um protesto à apresentação das configurações de computadores da Porinfor em cooperação com o Conselho Federal de Psicologia, anunciada em separata enviada em conjunto com o último número do Jornal do Federal (Ano XII, nº50, out. de 97).

A propaganda apresenta uma maneira nada elogiosa de priorizar e afirmar a superioridade valorizada pelo numerário atribuído às configurações

dos computadores. Através destas valorizações explícitas deduz-se que com anuência do CFP, Freud vale mais que Jung, que vale mais que Skinner, e que valem muito mais do que outras "configurações" nem citadas...

Infelizmente ainda se faz através de nossa classe profissional a reprodução de superioridade valorativa preconceituosa que tanto combatemos...

Oswaldo M. Rodrigues Jr.  
CRP 06/20610-7

As cartas à redação devem ser enviadas datilografadas para a sede do CRP, à Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana - CEP 04038-004 - São Paulo - SP. Por uma questão de espaço serão publicadas resumidamente, a critério da redação.

## Conselho Regional de Psicologia

## Conselheiros:

**EFETIVOS:** Ana Maria R. de Carvalho, Augusto Sérgio Callile, Cláudia Medeiros de Castro, Cristina Amélia Luzio, Dayse Cesar Franco Bernardi, Floriano Nuno de Barros Pereira Filho, Glória E. B. Pires von Buettner, Helena M. C. de Moura Hirye, José Roberto Tozoni Reis, Marcos Colen, Maria Costantini, Maria Cristina Pellini,

Nilma Renides da Silva, Sérgio Luiz Braghini e Sidnei Celso Corocine.

**SUPLENTE:** Anita Cecília Lofrano, Cassia Regina Rodrigues, Cassio Rogério D. Lemmos Figueiredo, Luiz Humberto Sivieri, Roberto Moraes Salazar e Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro.

## O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

**Equipe Editorial:** Marcos Colen, Sérgio Braghini e José Roberto Tozoni Reis

**Jornalista Responsável:** Juliana Motta

**Redação:** Juliana Motta/Renata Paiva

**Revisão:** Dinorah Ereno

**Diagramação e Editoração Eletrônica:**

**Digital Artes** Com. e Edit. (011) 605-6098

**Impressão:** Bangraf

**Tiragem:** 40.000 exemplares

**Periodicidade:** Bimestral

Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP - CEP: 04038-004  
Fone: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857 - E-mail: crpsp@psicnet.com.br

## HOMENAGEM

*Madre Cristina \*1916 +1997*

# Uma Pioneira da Psicologia



Foto: Mônica Richter

**Entrevista concedida  
em 1995 ao então presidente  
do CRP Odair Sass**

**M**adre Cristina faleceu em 24 de novembro deste ano, aos 81 anos. Conhecida por todos os que mantêm algum vínculo com a psicologia e por grande parte da população do Brasil, foi uma incansável defensora da liberdade, tendo se tornado uma presença marcante no cenário político e científico do país.

Nascida em Jaboticabal, em 1916, tendo como nome de batismo Célia Sodré Dória, Madre Cristina cresceu entre discussões políticas. Formou-se professora e veio para São Paulo estudar filosofia e pedagogia pela antiga Faculdade Sedes Sapientiae. Frequentou a Universidade de Sorbonne, na França, tendo concluído seu doutorado em psicologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi uma das mais importantes personagens nos episódios que antecederam a criação dos cursos de psicologia no Brasil e a regulamentação da profissão de psicólogo.

Na época da ditadura militar lutou com todas as forças para salvar vidas e ideais. Foi chamada de comunista radical. Sofreu ameaças de prisão e de morte. Mas nada a fez desistir de sua luta. Escondeu perseguidos políticos, intermediou encontros entre militantes de esquerda e enfrentou militares em inúmeras ocasiões em que queria visitar seus amigos na prisão. Em 1977 fundou o Instituto Sedes Sapientiae, que definia como "um espaço para todos os que quiserem estudar e praticar um projeto para a transformação da sociedade".

DEFENSORA DA PSICOLOGIA DESDE OS TEMPOS EM QUE A PROFISSÃO AINDA NÃO ERA REGULAMENTADA, MADRE CRISTINA CONCEDEU ESTA ENTREVISTA AO JORNAL DO CRP EM JANEIRO DE 1995, QUANDO CONTOU DE SUA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E POLÍTICA, DE COMO OS PRIMEIROS PROFISSIONAIS TIVERAM QUE LUTAR PARA LEGITIMAR SUAS PRÁTICAS E DOS DIFÍCEIS TEMPOS DA DITADURA MILITAR

Sua importância para a psicologia é indiscutível, tendo recebido inúmeros prêmios por sua militância em favor da ciência, dos direitos humanos, pela defesa intransigente da vida. Publicou diversos livros que ainda são referência para os estudiosos da psicologia (veja listagem ao final desta entrevista). Para homenageá-la, o Jornal do CRP reedita a entrevista abaixo, publicada em sua edição 91 (jan./fev. de 1995), quando Madre Cristina falou de sua vida, da militância política, de sua luta pela construção de uma sociedade mais justa.

**CRP - Como a senhora chegou até a psicologia e como era a profissão naquela época?**

**Madre Cristina** - Eu sempre quis estudar psicologia, mas ainda não existia a faculdade. Quando o antigo Sedes Sapientiae fundou a primeira Faculdade de Filosofia do Brasil, em 1932, eu fui estudar lá. Logo em seguida, em 1934, houve a fundação da Faculdade da USP. E eu entrei nas duas. Depois me decidi pelo curso do Sedes e larguei o da USP.

Quando me formei, em 1940, nós abrimos a primeira clínica psicológica do país, que, na minha opinião, deveria ser educacional com atuação

profilática. Mas ela foi evoluindo e acabou se transformando numa clínica terapêutica e, no fundo, muito menos educacional do que eu gostaria. Embora nós tenhamos criado os três cursos, só havia alunos para a psicologia clínica. Ninguém queria ir para a área educacional ou para a do trabalho. Eu acho muito importante incentivar o aluno a ir para a psicologia do trabalho, mas ninguém queria. Só queriam ir para a psicologia clínica. Não entendo essa mania de todo mundo querer tratar em vez de prevenir. Mas era assim e é até hoje. Para cada dois cursos de psicopedagogia existem vinte de psicoterapia.

Ao mesmo tempo, eu comecei a lecionar, também em 1940, no curso de pedagogia do Sedes. E como eu gostava demais de psicologia e os alunos também queriam psicologia, eu mandava nos relatórios os nomes das disciplinas do currículo mínimo de pedagogia, definido pelo governo. Depois trocava tudo e dava só psicologia. Com isso dávamos psicologia da criança, do adolescente, da personalidade, psicopatologia, no curso de pedagogia. Ou seja, nós fomos enca-

"Não entendo essa mania de todo mundo querer tratar em vez de prevenir. Mas era assim e é até hoje"

## HOMENAGEM

"Se os psiquiatras descobrissem que íamos regulamentar a profissão do psicólogo, iam ter um acesso"

minhando a psicologia da maneira como ela era reclamada pelos alunos.

Em 1952, nós criamos, oficialmente, o primeiro curso de psicologia clínica do Brasil. Não havia ainda a regulamentação da profissão. Nesse momento começou a briga com os psiquiatras, porque na visão deles, como é que nós, que éramos filósofos ou pedagogos, poderíamos fazer psicoterapia? Existia a psicanálise, mas a psicanálise era um grupo fechado, como é até hoje, e o número de pessoas não era uma ameaça. E a briga com os professores da faculdade era enorme, eles publicavam artigos nos jornais contra mim.

Em vez de entrar nessa briga, eu abri um curso para os alunos da Faculdade de Medicina que quisessem estudar psicoterapia. Os alunos não tinham preconceito, porque não tinham o que perder, só tinham a ganhar. Os professores é que tinham aquela psiquiatria clássica, que era a nosografia, o conjunto de sintomas ao qual davam nomes, como psicose-maníaco-depressiva. Era tudo muito primitivo ainda.

Quando nós começamos a dar aulas para os alunos da medicina, enchíamos a sala. Não tinha matrícula, não tinha frequência, não tinha nada. Vinha quem queria, saía quem queria, mas a sala ficava cheia. Hoje a psicologia e a psicoterapia já estão inflacionadas, mas naquele tempo eram uma grande novidade.

E, em 1962, tivemos que lutar muito para fazer a Lei 4.119, que regulamentou a profissão, por isso ela é tão mal feita. Ela mistura a criação do curso de psicologia com o programa. Tivemos que misturar, porque, se não fosse assim, não passaria. Se os psiquiatras descobrissem que nós íamos regulamentar a profissão do psicólogo, iam ter um acesso. Nessa época, era como se pedagogos ou filósofos quisessem se intrometer no campo clínico, que era dos médicos. Eles se sentiam extremamente lesados. Quando começaram a descobrir que havia um campo para o médico e outro para o psicólogo a

situação se resolveu. Hoje a convivência está tão tranqüila que nem nos lembramos do quanto foi penosa essa instalação da profissão de psicólogo.

**CRP - Em que sentido a senhora diz que hoje está muito bem estabelecida a posição do psicólogo e do psiquiatra em relação à psicoterapia?**

**Madre Cristina** - Bem estabelecida no sentido de que não há atrito. Porque a diferença é que o psiquiatra, sendo médico, pode receitar. Ele pode fazer internamento. É só essa a diferença.

**CRP - Quer dizer que, no seu entendimento, a psicoterapia é campo da psicologia? Não se trata de ser privativo do psicólogo. Mas é campo da psicologia?**

**Madre Cristina** - É da psicologia e não da psiquiatria. Mesmo porque quando os alunos da psiquiatria vinham estudar comigo queriam aprender psicologia. Eu me lembro que há 40 anos eu escrevi um livro sobre psicopatologia e teve um psiquiatra que reagiu. Como é que eu poderia me dizer psicóloga? Naquele tempo ainda não estava regulamentada a profissão. Ele indagava como é que uma professora escreve sobre psicopatologia, uma ciência médica. Foi uma polêmica.

**CRP - O curso do Sedes Sapientiae e a clínica funcionaram de 1940 até a fusão com o curso da Faculdade São Bento, que originou a PUC?**

**Madre Cristina** - A nossa fusão com a Faculdade São Bento nunca foi uma fusão propriamente dita. Nós estávamos trabalhando sozinhos, porque tínhamos uma linha e eles, outra. O Sedes Sapientiae era uma faculdade, com todos os cursos, e não só o de psicologia. Ele era mantido pela entidade das Cônicas de Santo Agostinho. Mas as cônicas tinham outros projetos, além de to-

mar conta da faculdade, como realizar trabalhos na periferia.

E a faculdade era absolutamente eclética. Nós tínhamos, por exemplo, o Plínio Corrêa de Oliveira, Padre Sigaud, Padre Maier, quer dizer, toda a TFP, ao lado de gente que era tida como comunista. Começamos a achar que estava muito bagunçado e resolvemos acabar com a Faculdade de Filosofia. Então nós forçamos um pouco a PUC a ficar com o Sedes, que passou a ser agregado, mas com plena independência didática, de orientação, financeira, tudo.

A integração foi gradativa, os cursos foram sendo incorporados aos poucos à PUC. Quando acabou o processo de integração, nós abrimos o Sedes atual. A proposta deste Sedes é completamente diferente da proposta daquele primeiro Sedes, que funcionava na Caio Prado. Para começar, aqui não é uma escola. Aqui há cursos. Mas eu sempre digo: o Sedes é um espaço aberto para todas as pessoas que queiram estudar ou praticar um projeto de transformação da sociedade. E os meios são os cursos, a clínica, o setor de educação popular, que trabalha na periferia. Há também um trabalho com o Movimento Sem-terra, com o Pró-Índio e a Comissão Pastoral da Terra. Nós não queremos que o Sedes seja chamado de escola, porque não é uma escola. Acaba sendo, mas contra o meu desejo. Eu espero que o Sedes um dia se torne realmente um espaço político, onde as pessoas venham pensar uma nova sociedade.

**CRP - A senhora foi muito clara quanto ao objetivo que orientou a criação da clínica do Sedes. Hoje, o que se observa no processo de formação do psicólogo é que esse problema permanece. Uma das idéias que o CRP tem defendido é que a clínica-escola seja pensada como um centro de formação profissional e não como**

**uma clínica-escola. Essa idéia é a mesma que a senhora preconiza.**

**Madre Cristina** - É o que procuramos, na teoria, impor aqui. Embora ainda não tenhamos atingido esse ponto, é essa a idéia que procuramos transmitir e fazer. Este é o único caminho que as faculdades deveriam perseguir: montar um centro formador que fosse profilático, considerando a diversidade da formação. Esse caminho evitaria muitos tropeços. Não sei por que as pessoas têm tanta dificuldade em aceitar isso, é tão evidente.

**CRP - A senhora sempre teve uma posição muito clara e firme a favor das transformações sociais no país. Como foi, ao longo da sua história, a convivência dessas idéias com as instituições da religião católica?**

**Madre Cristina** - Eu nunca encontrei obstáculo em nenhum lugar. Dentro da Congregação todo mundo pensa assim e, quando não pensa, faz força para pensar. Aqui na diocese, o cardeal sempre incentivou muito o meu trabalho. Eu tive luta foi com a ditadura, que não sei como não me pôs na cadeia.

**CRP - Na sua resistência contra a ditadura, é conhecido um embate direto que a senhora teve com o delegado Sérgio Paranhos Fleury.**

**Madre Cristina** - Eu tive embates com todos eles lá no Dops. Eu nem sabia quem era o Fleury, nem sabia quem eram as pessoas do Dops, mas queria visitar os meus amigos. Eu chegava lá e dizia que tinha ido visitar meus netos. Quando eles queriam me impedir de entrar, eu ia passando e dizia que não estava perguntando se podia. E se eles ameaçavam atirar, eu dizia que podiam atirar. Não sei, acho que Deus estava comigo.

**CRP - Como era o trabalho com educação nesse momento, já que a repressão era muito forte e nada podia ser dito em sala de aula?**

**Madre Cristina** - O reitor Bandeira de Mello sempre me chamava para pedir que eu não dissesse mais nada porque o Dops já tinha ido à faculdade. E eu dizia que, se o Dops quisesse falar, viesse falar diretamente comigo. E que eu não ia mudar de idéia. Essas recomendações se referiam mais à clínica, onde eu atuava mais. Eu tinha cartazes contrários à ditadura. Quando eles entravam lá para tomar

"Espero que o Sedes um dia se torne um espaço político, onde as pessoas venham pensar uma nova sociedade"

HOMENAGEM

café eu mandava que se retirassem, dizendo que na esquina tinha café. E eles iam embora. Havia presos políticos que dormiam lá. Deus estava comigo, porque não é possível.

Mas os policiais também tinham tanto medo! Eu me lembro uma vez que veio um preso político fazer eletroencefalograma. Mandei tirarem as algemas, porque aqui ninguém entra algemado, e não deixei que os policiais entrassem para o eletroencefalograma com ele. Ficaram esperando na portaria e comecei a conversar com eles, perguntando se não tinham vergonha de ficarem perseguindo jovens idealistas, que estavam lutando. Eu dizia que eles precisavam repensar tudo o que estavam fazendo.

Daí a pouco comecei a receber telefonemas de pessoas perguntando se eu estava ameaçada. Eles se sentiram tão ameaçados que, pelo rádio, pediram reforço e cercaram o quarteirão. Coitada de mim, uma velhinha. Mas Deus estava comigo, porque por muito menos outros morreram. Eu procuro me esquecer dessa época, que foi tenebrosa. Eu recebia telefonemas dizendo que seria morta naquela noite.

Tudo era reprimido. E eles eram muito sem preparo. Alguns, mais tarde, se especializaram. Depois de 1968, quando foi decretado o AI-5, eles foram treinados nos Estados Unidos e fechou ainda mais o regime. Eles eram muito primitivos, muito sem experiência.

**CRP - A senhora poderia fazer uma avaliação do papel que a psicologia veio cumprindo ao longo do tempo, inclusive nessa época da ditadura até chegar aos dias de hoje?**

**Madre Cristina** - Eu acho que depende um pouco na mão de quem está a psicologia. Porque os torturadores e agentes eram treinados do ponto de vista psicológico. Eles foram treinados nos EUA. A psicologia pode ajudar o homem, mas também pode ser uma faca de dois gumes. Na tortura ela foi aproveitada para o mal.

Mas, se você fizer um balanço, ela favoreceu muito o homem do ponto de vista da educação, do ajustamento das crianças aos programas, aos seus problemas. Mesmo a pessoa ser psicoterapeuzada, conhecer os seus muros internos, é muito bom. Eu sempre vi na psicologia um aspecto muito mais construtivo do que destrutivo, embora ela possa ser uma bomba atômica.

Mas há muito pouco tempo se fala em psicólogo. Em 1940, quan-

do começamos a clínica psicológica, as pessoas perguntavam se lá dentro teria doentes, loucos. Não se tinha a idéia do que a psicologia pudesse ser. A psicologia nasceu há muito pouco tempo e, hoje em dia, proliferou tanto que tudo é psicologia. Na minha opinião, durante muito tempo o homem tinha medo de se conhecer e por isso a psicologia foi a última ciência que se desenvolveu.

**CRP - A senhora fala com toda clareza da psicologia como área do conhecimento científico. E, ao mesmo tempo, aponta uma proliferação de práticas identificadas como psicológicas. Isso tem vários desdobramentos, com a tendência de que a psicologia venha também a ser identificada com as práticas irracionais. Como é que a senhora vê essa proliferação de "psicologias" e o papel das faculdades?**

**Madre Cristina** - Eu acho que se as escolas dessem uma base sólida, como as faculdades sérias dão, as outras cairiam, porque, do jeito em que as coisas estão, daqui a pouco benzedeira também é psicóloga.

Existe telepatia, mas isso é um fenômeno psicológico. Isso eu fazia com meus alunos. Mas não é mágica, é um fenômeno psicológico que todo mundo é capaz de fazer. E nessas bruxarias por aí há muito de telepatia. A pessoa pensa e a outra adivinha o pensamento. Eu acho que está havendo um fenômeno. Em 1940, não se falava em psicólogo. Hoje, já se pensa a psicologia como ciência. Mas no fim vão se misturando os conceitos e tudo vira psicologia.

**CRP - É difícil construir um campo de conhecimento dessa maneira, em que tudo vira psicologia.**

**Madre Cristina** - Eu acho que temos que ir aprofundando as coisas boas e as outras vão caindo por modismo. Porque se você combater diretamente, você alimenta. É isso

que eles querem. As pessoas querem alimentar as discussões porque são inseguras e precisam de uma afirmação, nem que seja ouvindo a própria voz. Então, quando alguém quer discutir isso comigo, eu pergunto se ela acredita e digo para guardar a crença para ela mesma.

**CRP - Mas o problema é a utilização dessas práticas com a população, muitas vezes retardando soluções.**

**Madre Cristina** - É preciso mostrar o caminho certo. A obrigação do psicólogo é ficar naquele caminho e ir mostrando. Mas isso também faz parte da psicologia humana. O ser humano gosta muito mais da magia. Para a ciência, precisa raciocínio, cabeça fria, dá muito trabalho.

Mas há todo um campo da psicologia que ainda não foi reintegrado como ciência. Há uma série de fenômenos que a psicologia passou a definir como parapsicologia que, na minha opinião, deveriam ser estudados cientificamente. Eles têm fundamento. Não é mágica. É uma força que a psicologia não descobriu ainda e os psicólogos, para se defenderem, dizem que é parapsicologia.

Como a psicologia não os estuda, ficam marginalizados pelas cartomantes, pelos videntes etc. Precisariamos estar estudando esses fenômenos em laboratório. Existe transmissão de pensamento. Como isso se dá, eu não sei, é preciso estudar. Mas a psicologia se nega a estudar isso. E as cartomantes desenvolvem isso.

Aliás, apenas um pedaço mínimo do nosso cérebro está atualizado. Precisamos entender que psicologia não é só o que o rato faz no laboratório. O rato faz muito pouca coisa. Nós temos que estudar é o homem, a mulher, o ser humano. Mas, para isso, precisaríamos ter teses de doutoramento. Eu fico triste quando vejo as teses de doutoramento. Não são criativas. Esses cursos como mestrado, doutorado, se tor-

"A psicologia tem que transformar a sociedade sempre, o limite é o infinito. À medida que crescemos, o horizonte vai se ampliando"

naram uma obrigação, porque o profissional não pode lecionar na faculdade se não tiver feito.

**CRP - O que a senhora diz é que, em boa parte, isso que está acontecendo com a psicologia hoje é culpa da própria psicologia. Ela restringiu seu objeto, deixou de lado e agora reclama do espaço que outros estão ocupando.**

**Madre Cristina** - Exatamente, porque se restringe o conceito de ciência àquilo que o rato faz no laboratório. Só que o ser humano é um pouco mais inteligente do que o rato.

**CRP - E sobre um prêmio que a senhora receberia do CRP e não quis? Era o prêmio Psicólogo do Ano, em 1981.**

**Madre Cristina** - Não é que eu não quisesse. Mas acho isso uma bobagem, essa história de psicólogo do ano. Eu disse na época que todos os psicólogos ou são psicólogos do ano ou não são psicólogos. Disse que eles não se ofendessem, mas que eu não aceitaria, porque acho que todos os meus colegas e todos os meus alunos são os psicólogos do ano. Então fizemos uma outra solenidade, uma reunião em que se discutiu qual é a influência da psicologia como intervenção na sociedade.

A psicologia tem que transformar a sociedade sempre, porque o limite é o infinito. Todo dia eu sempre dizia aos meus alunos: quando você está aqui você só vê esses horizontes, mas, na medida em que você vai crescendo, o horizonte vai se ampliando. Então não tem psicólogo do ano. Todos os psicólogos são psicólogos do ano.

LIVROS PUBLICADOS

- "Psicopatologia", Fac. Sedes Sapientiae, SP, 1958.
- "Psicologia científica geral: um estudo analítico do adulto normal", Agir, RJ, 1960
- "Psicologia educacional", Fac. Ijuí, RS, 1961
- "Educando nossos filhos", Fac. Sedes Sapientiae, SP, 1968
- "Psicologia do ajustamento neurótico", Vozes, Petrópolis, 1975

"Do jeito em que as coisas estão, daqui a pouco benzedeira também vai ser considerada psicóloga"

## HOMENAGEM

## OS DIREITOS HUMANOS E A NOSSA SOCIEDADE\*

O TEXTO ABAIXO, ESCRITO POR MADRE CRISTINA EM 1997,  
FOI CEDIDO PELA DIREÇÃO DO SEDES SAPIENTIAE PARA PUBLICAÇÃO NO JORNAL DO CRP

**N**um universo onde o ser humano representa o ápice de uma evolução multimilenar, num universo onde o animal racional anda de pé, com o coração acima do estômago, mas com a cabeça acima do coração, os direitos humanos não deveriam ser meta a ser atingida e sim conquista já assegurada.

Não obstante, longa é a distância que nos separa desta grande utopia, deste ideal grande.

**Alguns exemplos nos relembram essa trágica realidade:**

1) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde alguns poucos comem em mesas fartas enquanto para muitos na mesa tudo falta?

2) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde alguns poucos ganham salários sem mínimos, enquanto a massa recebe mínimos que nem salários são?

3) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde os latifundiários acumulam terras, deixando outros sem terra nem para se enterrar?

4) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde irmãos nossos moram na rua, sem teto nem chão, e crianças cruzam as esquinas morando sem ter onde morar?

5) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde os bancos cobram cada vez mais caro e os enriquecidos

banqueiros só faltam cobrar pedágio de quem lhes passa à porta?

6) Respeita os direitos humanos uma sociedade que desconhece as raízes profundas dos conflitos na terra, apostando sempre nas UDRs da vida?

7) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde a violência cresce de maneira a vitimar especialmente as crianças, os índios, as mulheres e outras minorias marginalizadas?

8) Respeita os direitos humanos uma sociedade que prende, tortura e mata nossos heróis, privando os familiares do sagrado direito de enterrar seus entes queridos?

9) Respeita os direitos humanos uma so-

cidade onde irmãos nossos morrem nas intermináveis filas dos hospitais sempre sem vagas?

10) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde tudo está por ser construído mas o trabalhador não encontra trabalho?

11) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde os crimes de colarinho branco terminam sempre na impunidade?

12) Respeita os direitos humanos uma sociedade onde uma injusta distribuição de renda e uma implacável miséria esmagam o país grande?

\* Título elaborado pelo  
Jornal do CRP

## CONGRESSOS DE PSICOLOGIA

## PRÁTICA AUTORITÁRIA PROVOCA RETROCESSO NA ORGANIZAÇÃO DOS PSICÓLOGOS

REDUÇÃO DO NÚMERO DE DELEGADOS PAULISTAS NOS CONGRESSOS DA PSICOLOGIA FOI APROVADA COM 10 VOTOS FAVORÁVEIS, MAS VOTAÇÃO REGISTROU 14 ABSTENÇÕES

**F**em reunião realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro, a Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf), formada por representantes de todos os conselhos regionais, decidiu reduzir a delegação do CRP-06 nos congressos nacionais da psicologia de 42 para 26 delegados, ou seja, para quase a metade do número de representantes a que São Paulo tinha direito. Também foram reduzidas as delegações dos Estados do Rio de Janeiro (de 26 para 18) e Minas Gerais (de 19 para 15).

A proposta de redução foi apresentada pelo Conselho Federal de Psicologia e correu com outra proposição, apresentada pela Apaf, que também reduzia as delegações de SP, RJ e MG. A votação ocorreu em clima de grande agitação, tendo a proposta do Conselho Federal de Psicologia, que pedia a redução da delegação paulista de 42 para 26 representantes, sido a vencedora, contra a proposta defendida pela Apaf, que também reduzia a delegação paulista, só que para 24 delegados. A diferença entre as duas propostas era que, ao passo que a do CFP reduz menos as delegações isoladas de cada um dos Estados (SP, RJ, MG) na contagem geral do plenário do Congresso Nacional ela reduz mais o percentual de representação da Região Sudeste (de 43,28% para 33,14%). A proposta da Apaf reduzia mais a delegação de cada Estado, mas previa um maior

percentual de representação da Região Sudeste no plenário geral do Congresso (37,14%).

Ao final da reunião da Apaf, a contagem de votos foi a seguinte: a proposição do Conselho Federal obteve 10 votos, a da Apaf, 3 votos. A votação obtida pelas duas propostas (13 votos), no entanto, não alcançou o número de abstenções (14) que marcaram os protestos daqueles que não concordaram com o teor de nenhuma das duas proposições apresentadas.

Para a gestão **Psicologia em Ação**, a decisão é questionável, já que a reunião da Apaf não é o fórum legítimo de discussão sobre a representação dos regionais nos congressos. "Somente a plenária dos congressos é soberana para deliberar sobre tal questão, que foi exaustivamente discutida no I Congresso Nacional, tendo-se chegado a um número de delegados por região que foi mantido no II Congresso", disse o presidente do CRP-06, Sidnei Corocine.

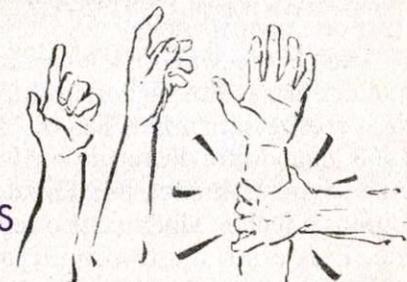
Além de considerarem a decisão da Apaf ilegítima, os psicólogos da Sexta Região questionam, por dois motivos, os critérios de representatividade utilizados para se chegar ao atual número de delegados. O primeiro deles é que a forma de encaminhamento da questão retoma as discussões sobre a representatividade simplesmente em função do número de representantes a que cada Conselho Regional tem direito, enfoque que havia sido superado no I Congresso Nacional da Psicologia, em

1994. Ou seja, a gestão **Psicologia em Ação** considerou que a decisão da Apaf representa um retrocesso para a organização política dos psicólogos, porque despreza a preocupação com a qualificação das discussões e a consequente ampliação das possibilidades de os psicólogos se organizarem em torno de propostas. "Essa forma de encaminhamento da discussão, reduz os problemas da psicologia a uma questão aritmética e apenas coloca os conselhos das regiões menos populosas do país em oposição aos conselhos das regiões mais populosas. Não queremos ter mais representatividade do que os outros, mas acreditamos que a democracia se faz com critérios de paridade. Ou seja, também não consideramos justa uma decisão que reduz a nossa representatividade", declarou Corocine.

A declaração de Corocine refere-se ao fato de que, além de distorcer o enfoque da discussão, a decisão da Assembléia contraria os critérios de paridade consagrados pelos princípios democráticos. Isso porque, as delegações dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que já tinham representação relativa minoritária nos congressos da psicologia, perderam ainda mais. "De acordo com os critérios definidos pelo I Congresso Nacional de Psicologia e mantido pelo Segundo, um delegado paulista já tinha 6 vezes menos poder de representação do que os delegados de regiões menores. Com a decisão da Apaf, esse poder de repre-

sentação caiu para 10 vezes menos", explicou o conselheiro José Roberto Tozoni Reis.

O número de delegados de cada CRP nos eventos nacionais da categoria é definido em função do número de profissionais inscritos em cada região. A deliberação do I Congresso foi de que cada Conselho Regional teria direito a uma delegação composta por 6 delegados e mais 1 para cada 1000 psicólogos inscritos. O Estado de São Paulo, que contava com 36.016 profissionais inscritos à época do II Congresso Nacional, portanto, tinha direito a uma delegação de 42 representantes (veja quadros abaixo). Ou seja, pelo antigo critério de representação, São Paulo, que abriga 37% dos psicólogos do país, tinha uma representação nos congressos de 22,22%. Pela proposta do Conselho Federal, aprovada na última reunião da Apaf, no entanto, a base de representação passou para 8 delegados por Conselho Regional e mais um delegado para cada 2000 inscritos, ou fração de 1000. Com isso, São Paulo, que continua abrigando 37% dos psicólogos do país (caso não tenha aumentado esse percentual), passará a ter apenas 15,03% de representatividade em relação ao número total de delegados que compõe a plenária do Congresso Nacional. Somados, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que até então compunham 43,28% da plenária geral do Congresso, passarão a compor somente 34,10%.



O critério é considerado antidemocrático porque implica em que as regiões que abrigam a grande maioria dos psicólogos brasileiros, passam a ter um número relativamente menor de representantes na hora de decidir sobre as questões da categoria.

Utilizando como exemplo a comparação entre a situação de representatividade do Conselho Regional da 15ª Região (Alagoas) com a de São Paulo, Tozoni explicou: "O Estado de Alagoas tem 1.000 psicólogos inscritos e terá direito a levar 9 delegados no Congresso. Em contrapartida, São Paulo, que já tinha 36.016 à época do II Congresso Regional, terá

direito a 26. Isso significa que o Estado de Alagoas precisa de 111,1 psicólogos inscritos para eleger um delegado, ao passo que São Paulo necessita de 1.089,9, ou seja, um delegado da 15ª Região tem um poder de representação 10 vezes maior do que um delegado da Sexta Região".

A discussão da paridade na representação nos congressos da psicologia tem pontos em comum com a discussão travada na Câmara de Deputados em Brasília, onde os Estados menores da Federação tem representatividade proporcional muito maior do que os Estados que concentram a maioria da população.

"A estrutura dos conselhos não pode seguir os mesmos critérios burocráticos que se manifestam na composição da Câmara de Deputados, em Brasília", defendeu Corocine.

**DATA MARCADA**

A Apaf aprovou também o regimento interno do III Congresso Nacional da Psicologia. O evento será realizado de 24 a 28 de junho. O local provisório é Brasília. O evento deverá discutir três eixos temáticos: "Globalização e as repercussões na profissão", "A psicologia e os movimentos estratégicos para a intervenção da autarquia nas políticas públicas" e "A profissão de psicólogo e suas

interfaces: diretrizes para a ação da autarquia".

Em São Paulo, a gestão Psicologia em Ação também já começou os primeiros preparativos para o Congresso Regional de Psicologia, a ser realizado de 15 a 17 de maio em São Paulo. A exemplo dos congressos anteriores, serão realizados eventos preparatórios com debates, mesas redondas e palestras em todas as regiões do estado. Os delegados para o congresso serão eleitos nos Pré-congressos que serão realizados na sede e em todas as subdeses. O calendário dos eventos e o regimento interno do evento serão definidos pela plenária do CRP-06.

**CRITÉRIOS DE NÚMEROS DE DELEGADOS POR CRP EM CONGRESSOS ANTERIORES**

CRP	Inscritos	% de psic em relação ao total de prof. do país	Número de delegados	Representação percentual no congresso	Inscritos pelo número de delegados
01	3.944	4%	10	5,3%	394,4
02	3.660	3,78%	10	5,3%	366,0
03	1.582	1,6%	08	4,23%	197,7
04	13.126	13,57%	19	9,56%	690,8
05	19.619	20%	26	13,8%	754,5
06	36.016	37%	42	22,22%	857,5
07	5.542	5,7%	12	6,35%	461,8
08	4.194	4,3%	10	5,3%	419,4
09	1.688	1,7%	08	4,23%	211,0
10	957	0,99%	07	3,7%	136,7
11	1.357	1,4%	07	3,7%	193,8
12	1.520	1,57%	08	4,23%	190,0
13	2.381	2,45%	08	4,23%	297,6
14	920	0,95%	07	3,7%	131,4
15	1.000	1%	07	3,7%	142,8
<b>Total CFP</b>	<b>96.586</b>	<b>100%</b>	<b>189</b>	<b>100%</b>	<b>511,0</b>

**CRITÉRIOS DE NÚMEROS DE DELEGADOS PROPOSTO PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA E APROVADO PELA APAF**

CRP	Inscritos	% de psic em relação ao total de prof. do país	Número de delegados	Representação percentual no congresso	Inscritos pelo número de delegados
01	3.944	4%	10	5,78%	394,4
02	3.660	3,78%	10	5,78%	366,0
03	1.582	1,6%	9	5,20%	175,8
04	13.126	13,57%	15	8,67%	875,1
05	19.619	20%	18	10,40%	1.084,9
06	36.016	37%	26	15,03%	1.385,2
07	5.542	5,7%	14	8,09%	395,8
08	4.194	4,3%	10	5,78%	419,4
09	1.688	1,7%	9	5,20%	187,5
10	957	0,99%	8	4,62%	119,6
11	1.357	1,4%	9	5,20%	150,8
12	1.520	1,57%	9	5,20%	138,2
13	2.381	2,45%	9	5,20%	264,5
14	920	0,95%	8	4,62%	115,0
15	1.000	1%	9	5,20%	111,1
<b>Total CFP</b>	<b>96.586</b>	<b>100%</b>	<b>173</b>	<b>100,00%</b>	<b>551,9</b>

Referente aos números à época do II Congresso Nacional da Psicologia. Estes números não foram atualizados.

**REPÚDIO**

**Código Nacional de Trânsito**

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região - Gestão "Psicologia Em Ação" torna pública sua manifestação de repúdio ao novo Código Nacional de Trânsito, principalmente no que se refere à exclusão da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Remediar a prevenção em prol da repreensão pura e simples, a título de uma modernidade de Primeiro Mundo, não evitará a continuidade vertiginosa de homicídios da nossa população. Virar as costas a essa realidade tão delicada e carente de atenção, negando a evolução científica, é desastroso.

Acreditar unicamente na punição, excluindo contribuições significativas na busca da compreensão, avaliação e acompanhamento do comportamento humano, é injusto.

Não queremos simplesmente proteger, de maneira corporativa, um campo de atuação profissional do psicólogo, apenas possibilitar uma intervenção mais digna e conjuntamente com a sociedade, buscar soluções pautadas na orientação, normatização e fiscalização do trânsito.

**AGENDA**

**FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE** - Estão abertas as inscrições para o curso de formação em psicanálise do Instituto de Pesquisas em Psicanálise de São Paulo, para o ano de 1998. Os interessados devem buscar informações à rua Cardoso de Almeida, 60 - conj. 111, tel.: (011) 864-6290. O curso terá vagas limitadas.

**APRIMORAMENTO** - O Aprimoramento Clínico-institucional da Clínica Psicológica "Ana Maria Popovic", da PUC/SP está com inscrições abertas. Em 1998, além das modalidades já existentes, serão introduzidas também: "Distúrbios da comunicação", "Grupos de interdisciplinariedade", "Laboratório de estudos sobre o luto", Oficina para crianças psicóticas", "Orientação profissional e vocacional", "Psicodiagnóstico infantil, de adolescente e de adulto", "Psicoterapia de casal ou família", "Psicoterapia infantil, de adolescente, de adulto e de 3ª idade" (individual ou em grupo), "Triagem" e "Avaliação e psicoterapia de cegos". Informações: Rua Monte Alegre, 961 - Perdizes, São Paulo de 2ª a 6ª feiras das 9h às 20h, pela internet no endereço <http://www.pucsp.br/org-serv/clinica>, ou pelo telefone (011) 873-3144.

**ERRAMOS**

No *Jornal do CRP*, edição 107 (set./out.), na reportagem "A exclusão e seus mecanismos", publicada nas páginas 6 e 7, em entrevista do psicólogo José Leon Crochik, onde se lê "para o psicólogo José Leon Crochik, ao tomar contato com a própria dor, os indivíduos tornam-se capazes de refletir, por exemplo, sobre as consequências de suas ações para a coletividade, aumentando sua tolerância tanto em relação à violência sofrida, como àquela que ele possa

vir a exercer sobre o outro", por um erro de digitação o sentido da frase foi publicado incorretamente. A informação correta é: para o psicólogo José Leon Crochik, ao tomar contato com a própria dor, os indivíduos tornam-se capazes de refletir, por exemplo, sobre as consequências de suas ações para a coletividade, "tornando-se, conseqüentemente, capazes de se sensibilizar com a violência que possam sofrer ou exercer sobre o outro".

# Psicologia e cultura

**P**ergunte a um behaviorista o que é condicionamento operante. Ele vai dizer que é a introjeção da cultura pelo indivíduo. Indague de um estudioso da teoria freudiana o que é subjetividade. Ele vai dizer que a subjetividade é constituída pela introjeção da cultura pelo indivíduo. A essa altura, o estudioso de psicologia começa a se perguntar: Como é possível que teóricos de linhas psicológicas tão distintas possam dar a mesma resposta a indagações sobre questões tão cruciais para a análise do indivíduo? Essa aparente contradição remete a um dos principais empecilhos com que o psicólogo depara em sua prática profissional: confundir fenômeno psicológico com fato natural. “Não foi por acaso que a psicologia emergiu de fato como campo de conhecimento científico no século XIX. O que nós chamamos de psicológico não é



natural, mas intrínseca e profundamente cultural. E os autores da psicologia, mesmo que de ângulos absolutamente opostos, como Freud na psicanálise, ou Skinner no behaviorismo, admitem a determinação cultural, social, sobre o indivíduo. Portanto, as racionalidades, as condutas morais, éticas, antiéticas, as patologias, enfim todos os aspectos das manifestações dos indivíduos são produtos da cultura”, defende Odair Sass, professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC/SP.

Neste caso resta ainda a pergunta: de que cultura estamos falando? Afinal, a ambigüidade do conceito chegou ao seu paroxismo e o vocábulo “cultura” passou a ser entendido de diversas maneiras: vai desde aquela visão segundo a qual significa erudição, ou seja, a quantidade de informações que alguém é capaz de apreender, até a visão mais vulgar que vê cul-

tura nas menores expressões materiais. Para a psicologia, no entanto, em que pese a profunda relação que os conceitos têm entre si, cultura é muito mais do que produto cultural. Grosso modo, é a expressão daquilo que os homens conseguem transmitir de uma geração para outra. Ou, como define José Teixeira Coelho Neto, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP e estudioso do tema, “um longo processo de interpretação e compreensão da vida e do mundo. É uma hermenêutica continuada e sustentada que tenta dar significado à vida e ao mundo”.

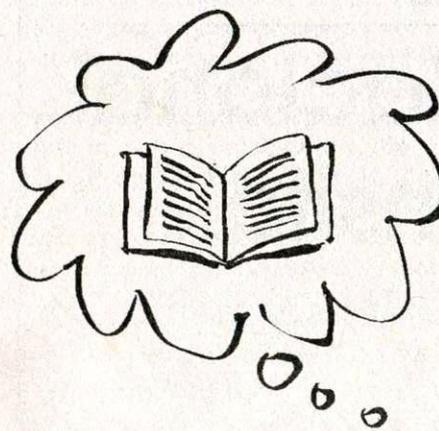
Convenhamos, no mundo globalizado tem sido especialmente complicado encontrar o significado dos fatos, da realidade ou, como quer Teixeira Coelho, da vida. “Hoje a dinâmica cultural se apresenta de maneira extremamente fragmentada e divergente, de tal forma que os pólos para os quais poderia convergir a atenção cultural das pessoas estão espalhados. Temos uma cultura aberta, que aponta para várias direções. Deve-se a isso a grande dificuldade de conseguirmos um processo de interpretação que ofereça sentido a todos”, pondera.

Se para o professor da USP a cultura multifacetada dificulta a elaboração do sentido da vida, por seu turno a psicóloga Marilda Castelar, membro da Comissão Gestora da Subseção de Campinas do CRP-06, identifica na ordem social as condições que interferem na construção do indivíduo. “Existe uma supervalorização da subjetividade, mas não a aceitação dos ‘diferentes’. Estes são os excluídos. E a sociedade atual, ao mesmo tempo em que exclui os que pensam de forma diferente, requisita que os indivíduos sejam ‘criativos’ para um fim utilitarista imposto pelo capitalismo, fim este que tem seu melhor símbolo na busca da qualidade total.”

E, por mais que existam modismos sociológicos eclodindo a cada dia pelos quatro cantos do planeta, ainda não foi feita uma crítica mais abrangente e consistente sobre o mundo das tecnologias do que a realizada pelos filósofos da Escola de Frankfurt, que identificaram na chamada indústria cultural o fenômeno em que todas as relações são perpassadas pelo modo de produção capitalista. Partilhando da concepção de Marx e Engels, para quem o modo de produção material na sociedade capitalista determina as possibilidades de realização dos indivíduos, os frankfurtianos ressaltaram que a indústria (ou o modo de produção capitalista)

invadiu a cultura, as relações sociais, humanas, as formas de produção subjetiva, o modo de produção de significado. A análise continua válida porque o chamado mundo pós-moderno é o capitalismo levado às suas últimas conseqüências. “A exploração do trabalho é a expressão de uma cultura que expropria o trabalhador”, diz Sass.

Recorrendo à dialética para buscar uma explicação para o curso de desenvolvimento seguido pela humanidade, Sass completa: “Na noção de progresso há elementos racionais e evolutivos e há também elementos regressivos”. No caso em questão, se por um lado não há como negar as vantagens trazidas com o grande progresso tecnológico que o homem alcançou, por outro não há como ignorar que as mudanças culturais requeridas para que o capitalismo prosperasse definiram uma ordem mundial em que o indivíduo



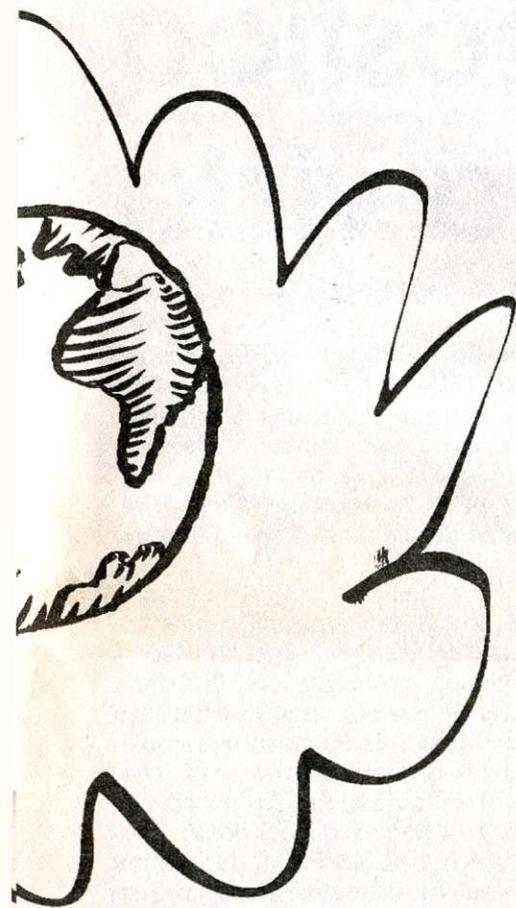
foi o grande perdedor nas diversas esferas de sua vida. O advento do neoliberalismo pretende retirar do Estado as responsabilidades para com seus cidadãos, a tecnologia tornou quase obsoleto o trabalho humano e as novas formas de gestão das organizações intensificaram suas exigências por lucros cada vez maiores e mais rápidos, ainda que através de subterfúgios aparentemente devotados a imprimir maior qualidade de vida no trabalho. No terreno das relações, a família nuclear composta por pai, mãe e filhos, como fórum de resolução de conflitos, ficou ultrapassada. Em seu lugar surgiu uma série de outras mediações sociais, dando origem a novos tipos de sociedade denominadas pelo frankfurtiano Herbert Marcuse de “afluentes”.

Todas essas transformações são decorrentes da perda dos princípios éticos, ju-



O DESENVOLVIMENTO  
DETERMINOU UMA ORDEM  
INDIVÍDUO FOI O GRANDE  
DIVERSAS ESFERAS DE SUA  
COMO CIÊNCIA DO INDIVÍDUO  
SEU PAPEL DE CRIAR

OFISSIONAL

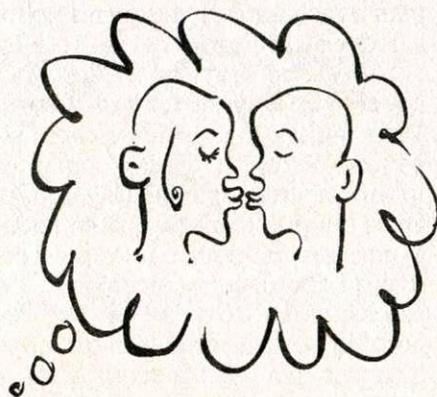


rídicos e morais que haviam sido construídos ao longo da história da humanidade, e que foram substituídos por novos conceitos para que se pudesse instalar a chamada nova ordem mundial. Tais princípios, que podem ser exemplificados nos ideais prometidos pela modernidade (liberdade, igualdade, fraternidade e, conseqüentemente, autonomia do indivíduo), sobre os quais se assentam a civilização ocidental, eram mais do que valores. Eram propostas de uma ordem social. Mas, como não foram realizados, passaram a ser tratados como palavras de ordem superadas pelo processo histórico, num mecanismo de simplificação bastante comum nas sociedades atuais: frente à não realização dos ideais, mesmo que consagrados por toda a humanidade, Suprimam-se os ideais!, que passam a ser considerados ilegítimos, em vez de se perguntar por que eles não se concretizaram.

Assim é que se chegou ao estado de coisas em que um conceito que hoje está repleto de significações amanhã estará totalmente fora de moda. E cada vez as "coisas" precisam tornar-se mais contundentes para que se façam valer, mesmo que para isso seja preciso ir até o limite das mais torpes manifestações humanas. A integridade do indivíduo ficou igualada a individualismo, a autonomia passou a ser sinônimo de falsa permissão para se fazer o que se quer, independentemente dos



ITO DO CAPITALISMO  
EM MUNDIAL EM QUE O  
ANDE PERDEDOR NAS  
A VIDA. A PSICOLOGIA,  
VÍDUO, PRECISA ASSUMIR  
TICA DA CULTURA



direitos dos outros, e a causa da liberdade, que move o homem desde que o mundo é mundo, passou a ser representada por uma série de liberalizações estereotipadas. Ou seja, enfraquecendo o significado de tudo, a sociedade tecnológica impõe uma série de mecanismos de controle sobre os indivíduos, travestindo-os com a roupagem de fenômeno natural. "Como é que se dá a liberação sexual? Por maior controle da sexualidade das pessoas. Por outro lado, por que o fascismo é o produto intrínseco e inexorável da indústria cultural? Porque essa concepção repousa no controle", exemplifica Sass.

Se as teorias apontam as contradições do sistema, o cotidiano vivido pelos profissionais da psicologia as confirma com veemência. Questionado sobre as "patologias" mais comuns que aparecem hoje em dia em seu consultório, o psiquiatra Oswaldo di

Loretto declarou que verifica mudanças profundas desde que começou sua prática profissional. "Comecei a trabalhar há 44 anos. A maioria dos casos que atendia era de personalidades claramente neuróticas. Isso significa que eram um produto de repressão. Hoje, a grande maioria dos pacientes tem alguma forma de anti-socialidade, produtos da liberação desordenada." Da mesma forma, para a psicanalista Celi Denise Cavallari, muitos dos elementos da cultura dita pós-moderna alteraram significativamente as demandas do cidadão em relação à psicologia. "A questão hoje não é apenas do simbólico, mas também do virtual. A relação do ser humano com o mundo é cada vez mais individualizada. Diante de um 'outro' imaginário tudo é possível. As pessoas ficam buscando formas cada vez mais aberrantes de se sentirem vivas. Deparamos com muitos sintomas de perversão e, ao mesmo tempo, as pessoas estão muito solitárias."

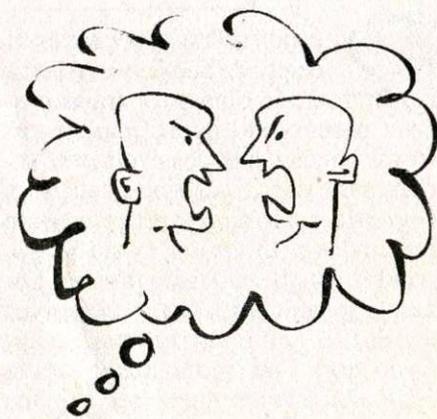
É justamente aí que cabe o questionamento das formas de intervenção para a psicologia. E para isso é necessário desvelar as ambigüidades da própria psicologia, ela mesma uma ciência surgida como fruto do processo cultural. Nesse sentido, não há como os psicólogos de qualquer linha teórica ignorarem a obra de Sigmund Freud como uma das que melhor apontaram a civilização como depositária de grande parte das causas do sofrimento humano. Para Sass, "um dos problemas da psicologia é que ela padece de um mal, de uma ambigüidade: em sua prática, ainda não resolveu se o seu objeto de estudo, ou seja, o indivíduo, é anterior à cultura. A psicanálise, o existencialismo, o behaviorismo, enfim, todas as teorias sérias da psicologia, concordam que a sociedade é anterior ao indivíduo. Qualquer um de nós, qualquer pessoa nasce em uma determinada sociedade. Portanto, em uma dada cultura. Parece óbvio, mas não é". Por tudo isso, Sass defende a opinião de que a tarefa dos psicólogos hoje é a de críticos da cultura, a favor do indivíduo, apontando as contradições do sistema, que são abordadas como se fossem contradições do sujeito. "Não adianta os psicólogos ficarem perplexos diante de situações ou manifestações que lhes pareçam, pelos seus valores culturais, como incompreensíveis ou doentias. Porque essas manifestações são vinculadas ao grupo social, ao contexto histórico." Ou, dito de outra maneira, são as formas de manifestação possíveis para um sujeito que vive a contradição de uma cultura que lhe promete, na teoria, a felicidade e lhe fornece, na prática, os elementos para todos os tipos de dissabores.

Também aqui a observação do cotidiano traz contribuições preciosas para avaliações. De acordo com informações de Di Loretto, um grande número de casais o procura em busca de ajuda para os conflitos que enfrentam ao educar seus filhos. O psiquiatra conta: "Eles vêm procurar uma resposta para um conflito muito co-

mo hoje em dia que é como criar filhos carinhosos, ativos e participantes e ao mesmo tempo aptos para o mundo agressivo e violento em que vivemos. Na verdade, o mundo de dentro e o mundo de fora chegaram a um grau de dissociação e desencontro que você tem que escolher entre coisas inconciliáveis. As sensações de inadequação beiram a culpa. Eles pensam que estão fazendo um grande mal aos filhos que não vão viver dentro de casa e, se são criados de acordo com os valores humanos mais 'antigos', quando saem levam o jeito de serem ingênuos, sem 'maldade' suficiente".

Nesse ponto da questão, vale lembrar que, não casualmente, o surgimento do conceito de indivíduo ocorreu em período muito próximo ao surgimento do conceito de átomo, na Grécia antiga. Para Demócrito, átomo era uma partícula indivisível. A noção de átomo como o menor corpo existente na natureza foi superada pela física moderna que, em sua evolução, foi descobrindo a complexidade do universo. Mas não há notícia de nenhuma ciência que tenha concluído que um indivíduo estilizado tem melhores condições de realização do que um sujeito integral. Aliás, ainda hoje, o termo consta como verbete nos dicionários como "o exemplar, uma unidade distinta de uma espécie qualquer, orgânica ou inorgânica".

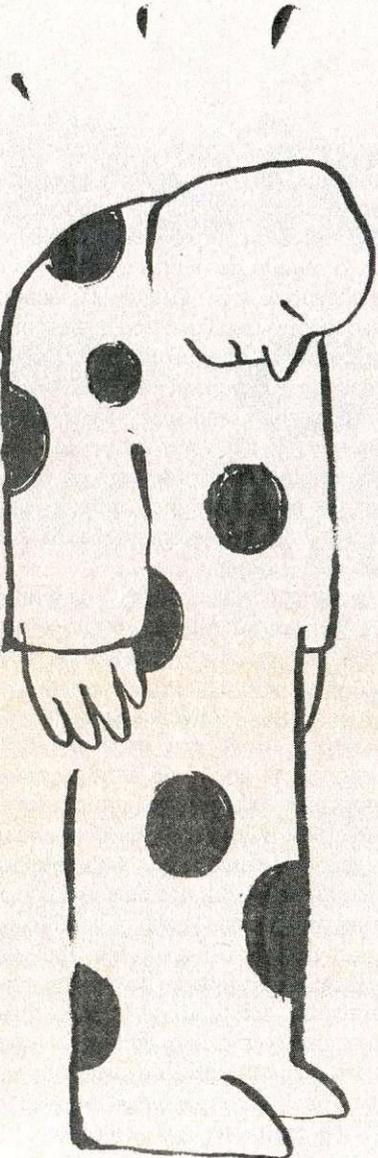
Cabe, portanto, aos psicólogos per-



guntarem a si mesmos como e por que seu objeto de estudo, o indivíduo, está atualmente dissociado no grau máximo em relação àquilo que o constitui, ou seja a sociedade e a cultura. E, acima de tudo, se nas condições culturais dadas hoje é possível reuni-lo novamente em um todo indivisível. Ou como defende o psicólogo Sass: "Sartre dizia que os homens estão condenados a ser revolucionários. Eu desejo que essa 'praga' sartreana recaia sobre nós psicólogos, para que possamos repensar nossas práticas e defender o indivíduo dessa cultura alienante e devastadora em que estamos mergulhados. Se não conseguirmos viabilizar isso em nossas teorias, técnicas e procedimentos, seja no consultório, na empresa ou na escola, estaremos sempre reproduzindo essa cultura alienante que impede a plena realização do indivíduo".

## COMPORTAMENTO

# Aids: do diagnóstico à continuidade da vida



tra em circunstância semelhante, o psicanalista Cláudio Garcia Capitão explica que, depois que o paciente entra em processo de atendimento, ele fala muito pouco do vírus: “As demandas são tão iguais quanto nos indivíduos não portadores do HIV”, esclarece. Cláudio faz parte da equipe de saúde mental do Instituto de Infectologia Emílio Ribas desde 1991. Baseado em sua experiência com doentes de Aids e portadores do vírus, Cláudio afirma que o que mobiliza seus pacientes são as coisas da vida, e não somente a morte. “Afinal, estão vivos”, completa.

Independentemente da linha de trabalho adotada pelo profissional de psicologia, na opinião de Cláudio, a psicoterapia necessariamente pressupõe o encontro entre duas subjetividades. “O terapeuta precisa de uma única coisa para atender seus pacientes: a sua escuta”, complementa Braghini. No caso dos soropositivos, obviamente, o acompanhamento psicoterápico contribui para melhorar sua qualidade de vida e complementar o tratamento do HIV positivo. Tanto Cláudio como Braghini concordam que não há necessidade de inventar nova psicoterapia para acompanhar esses pacientes. “O vírus não cria novo psiquismo, não desenvolve características distintas dos outros seres humanos”, explica Cláudio. “O fato de estar infectado não muda nada no trabalho de análise”, conclui Braghini. A especificidade que existe quando se é soropositivo, segundo Braghini, é que a culpa que ele sente em relação ao sexo vem carregada de preconceito e de temor, porque está associada ao castigo que leva à morte. Portanto, é preciso primeiro tirá-lo dessa certeza de que fez algo errado, que fez o que não devia.

Além de combater o HIV e todas as doenças oportunistas, o soropositivo precisa ter recursos para garantir uma vida com qualidade e enfrentar um inimigo às vezes muito mais implacável que o vírus: o preconceito. “O interessante nessa doença é que já o matam antes que ele tenha a morte biológica”, lembra Braghini. Quando hoje, na prática, sabe-se que estar infectado não significa morte imediata. Ela pode inclusive demorar mais tempo, no caso dos soropositivos, do que a vida de alguém que esteja livre do vírus. A morte ainda pode chegar para o HIV positivo de outra forma,

antes mesmo que o vírus possa matá-lo, já que não podemos saber exatamente quando terminam nossas vidas. Para Cláudio, as indagações sobre o tempo de vida não invalidam a psicoterapia: “A morte não é mais que um dos assuntos da vida, assim como o são a sexualidade, as paixões, mãe, pai, irmãos, os abandonos, a falta ou o excesso de dinheiro, as internações. O equívoco é estar presentificando a morte a todo instante, enquanto a vida se faz presente”, diz o psicanalista do Emílio Ribas. Desde que começou a trabalhar com portadores do HIV, Cláudio percebeu que o que mudou não foi a psicologia ou a forma de tratar os conteúdos mentais dessas pessoas, mas os pacientes com Aids. No início, a grande maioria dos soropositivos que buscava auxílio psicológico era do sexo masculino, homossexual ou usuário de drogas injetáveis. Hoje, não há mais grupos de risco, a doença em si é um risco. Por se tratar de um vírus, dissemina-se sem escolher quem. Também avançaram as pesquisas sobre a doença e as formas de controlá-la.

Apesar de ainda matar, o conhecimento do diagnóstico não se apresenta mais para o paciente como sinônimo de morte rápida e com muito sofrimento. Assim, o trabalho que antes era praticamente de tratamento emergencial ganhou nova perspectiva da abordagem psicológica. “A psicologia no caso da Aids tem um papel importante e ainda não ocupou o espaço que precisa ocupar”, diz a psicóloga Cecília Casali Oliveira. Cecília trabalha há seis anos com soropositivos. Atualmente, além de coordenar um grupo de atendimento para a família do portador HIV ligado à Associação para Prevenção e Tratamento da Aids (Apta), organização não governamental que atende questões da Aids em vários projetos, Cecília trabalha no Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto (Lelu), núcleo vinculado à PUC-SP. No consultório, Cecília atende alguns pacientes soropositivos e, como Cláudio e Braghini, também acredita que a Aids é só mais uma causa de angústia a ser trabalhada. Mas, quando a questão é a disseminação da doença, pensa que o questionamento do terapeuta sobre o fato de o paciente estar ou não se prevenindo contra a Aids pode ser mais eficiente do que qualquer campanha difundida pela

mídia. “Ajudar a pessoa a elaborar sua vulnerabilidade e a se cuidar é papel do psicólogo”, explica Cecília. Para ela, uma das coisas que cabem ao terapeuta é entender a dinâmica que ocorre entre mulheres e homens que, apesar de estarem informados a respeito da síndrome, ainda se recusam a usar camisinha em suas relações sexuais.

Aprofundar a discussão sobre a prevenção da Aids é uma prática que também já foi incorporada ao trabalho da psicóloga e psicanalista Celi Denise Cavallari. Sua experiência em trabalhar com usuários de drogas acabou aproximando Celi ainda mais das questões que envolvem a Aids. Em seu trabalho de acompanhamento de viciados em drogas nas ruas de São Paulo, ela assistiu à chegada da Aids e a sua propagação entre os usuários de drogas injetáveis. “Foi impactante, por isso resolvi mudar meu projeto de pesquisa e aprofundar o tema”, conta Celi. Em sua dissertação de mestrado, defendida no Departamento de Psicologia Clínica da PUC-SP, Celi procurou avaliar os aspectos psicológicos do impacto da comunicação do diagnóstico em portadores do vírus que tivessem desenvolvido o mínimo possível de sintomas físicos provocados pela síndrome. A pesquisa foi feita no Ambulatório de Imunologia do Hospital das Clínicas durante o ano de 1995. Após entrevistar 12 portadores do vírus, entre eles três mulheres casadas e monogâmicas, quatro homens heterossexuais, um bissexual e quatro homossexuais, Celi concluiu que a forma como a notícia sobre a contaminação desses indivíduos é dada influencia diretamente a relação das pessoas com o seu diagnóstico. Dos 12 entrevistados, dez sofreram trauma no momento em que souberam que tinham o vírus. “A situação do diagnóstico traz prejuízos adicionais, pois no primeiro momento essas pessoas se sentem desamparadas. É superimportante ter acolhimento psicológico na sequência”, alerta a psicóloga.

De fato, os dois entrevistados que não apresentaram sinais traumáticos, segundo avaliação da pesquisadora, foram os únicos daquele grupo que haviam sido muito bem assistidos, desde antes de realizarem o exame. “Esse foi um diferencial claro nas entrevistas”, conclui Celi. Atualmente, Celi coordena um grupo de trabalho de prevenção de Aids entre drogados. A metodologia para poder tratá-los é fazer contato na rua utilizando sua rede de confiabilidade e

Quando andamos pelas ruas do centro de São Paulo no horário de pico não olhamos para as pessoas procurando identificar nesses rostos aqueles que possivelmente fariam parte dos 25 mil que a cada ano, segundo estatísticas recentes, são infectados pelo vírus HIV no Brasil. Ainda bem que não fazemos isso. Enxergar somente Aids nos soropositivos é reduzi-los ao tamanho microscópico do vírus. Pois a contaminação pelo HIV não impede que esses sujeitos tenham anseios, medos e angústias a respeito da vida, como qualquer outro ser humano. É comum, após receber a notícia sobre seu diagnóstico, o soropositivo passar algum tempo sem poder enxergar nele nada além do HIV. Muitas vezes, ele chega ao consultório do terapeuta se apresentando como portador do vírus, antes mesmo de dizer o nome, o que faz, de onde veio. Ajudar essa pessoa a encontrar sua identidade fora do vírus e livrá-lo da culpa que o imaginário social o coloca em relação à doença e ao sexo é um dos papéis a serem desempenhados pelo profissional de psicologia. “Devemos respeitá-lo e tratá-lo como sujeito”, diz o psicanalista Sérgio Luís Braghini, membro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Apesar desse comportamento ser normal a qualquer pessoa que se encon-

## COMPORTAMENTO

apresentação. "Usuário de drogas normalmente não pede ajuda por conta da clandestinidade", explica Celi. Assim, ela defende a distribuição de seringas descartáveis entre esses drogados como forma de prevenção e tentativa de conter a epidemia. Embora tanto o Conselho Regional de Psicologia quanto o Conselho Regional de Medicina já tivessem aprovado por unanimidade ser ética a distribuição de seringas descartáveis entre os drogados que vivem nas ruas de São Paulo, somente em setembro último o Estado autorizou oficialmente a medida. Sinal de que finalmente o governo se sensibilizou com a triste estatística de que hoje cerca de 25% desses usuários de drogas estão contaminados pelo vírus e 34% das mulheres portadoras do HIV contraíram o vírus de parceiros que consumiam drogas injetáveis. "Nesse caso, a possibilidade de disseminação do vírus é maior, já que a transmissão se dá em duas vias, sanguínea e sexual", alerta Celi.

Assim como os usuários de drogas, muitas vezes também os soropositivos preferem permanecer no anonimato, por conta do preconceito, e só procuram ajuda quando aparecem os primeiros sintomas da doença. Em vários casos, a família do portador do vírus ou do doente de Aids também necessita de apoio psicológico, já que suas relações também se alteram a partir da comunicação do diagnóstico. Aí tam-

bém a participação do psicólogo é importante. "A família já ouviu falar como se previne a Aids, mas não sabe como conviver com ela", diz Cecília. Outra mudança de enquadre diz respeito à necessidade de atendimento domiciliar desses pacientes, seja pela falta de leitos nos hospitais que obriga o doente a ser tratado em casa, seja por sua eventual dificuldade de locomoção. "Costumo acompanhar meus pacientes até quando os mesmos tenham condições físicas e mentais para que o processo psicoterápico se efetue", explica Cláudio Capitão. No caso do paciente terminal, o atendimento tende a ser mais pontual, segundo a avaliação da psicóloga Cecília. "A gente tem que saber lidar com a onipotência. A idéia não é impedir a morte, mas, nesse momento, poder amparar, ouvir, estar junto do paciente", opina Cecília. "Como já bem o disseram, a psicologia facilita aos vivos viver. Ela também pode facilitar aos que estão morrendo morrer com dignidade", completa Cláudio.

Quase duas décadas após a descoberta do primeiro foco da epidemia, muito se avançou no conhecimento e controle da doença. Hoje, apesar de ainda não haver cura para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, a constatação do diagnóstico não quer dizer necessariamente morte breve e ou com sofrimento físico. O tempo também mos-

trou que a doença é em si um risco e não "privilégio" de certos grupos. Os últimos dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que a Aids já matou cerca de 6 milhões de pessoas no mundo. E, hoje, 30 milhões de pessoas estão infectadas pelo HIV. Nem todos, obviamente, homossexuais, usuários de drogas injetáveis ou que foram infectados através de transfusão de sangue. A OMS acredita que, a cada dia, em torno de 1.600 crianças com idade inferior a 15 anos contraem o vírus. No Brasil, a proporção hoje é de uma mulher para cada três homens contaminados. Vários desses portadores, no entanto, estão há vários anos lutando contra o vírus. Valéria Piassa Polizzi, uma garota de 26 anos que contraiu o HIV há dez anos e que acaba de lançar um livro contando sua experiência na luta contra a doença, é um exemplo claro de que o vírus passa sem escolher quem, mas que não pode mais ser considerado sinônimo de morte. Apesar de afirmar conhecer várias pessoas que, como ela, contraíram o vírus ainda na adolescência, com seu primeiro e único parceiro sexual, Valéria está entre a minoria da população brasileira. Pertencente a uma família de classe média alta, Valéria tem acesso ao que há de melhor em matéria de tratamento da Aids, além de poder investir no que precisar para melhorar sua qualidade de vida. Bem

nutrida, Valéria pratica esportes, viaja, tem completo acesso às informações sobre o que acontece no mundo, inclusive sobre as pesquisas de Aids e frequenta grupos de apoio aos portadores do vírus.

Em seu trabalho cotidiano, Cecília atende marginalizados, pobres e mulheres cujos maridos ou filhos estão doentes ou morreram vítimas da Aids. Nesse universo bem distante daquele em que vivem as pessoas da classe social de Valéria, famílias inteiras estão sendo dizimadas por conta da doença. "A questão é também financeira. O Estado dá remédio, mas não dá comida", argumenta Cecília. Além disso, muitas dessas famílias não vivem em condições de higiene adequadas para evitar a propagação de doenças oportunistas. Também o preconceito e a falta de informação diminuem a sobrevivência desses portadores. Hoje, no município de São Paulo, a Aids é a principal causa da morte de mulheres na faixa entre 15 e 49 anos, e, segundo dados do Instituto Pró-mundo, entidade ligada à Unicef, são 183 mil o número de crianças brasileiras na condição de perder suas mães por causa da Aids. "Há uma geração de crianças vivendo na condição de completo abandono, de saúde precária, muitas vezes, também infectadas pelo vírus", conta Cecília.

## SAÚDE PÚBLICA

## Ética e Aids

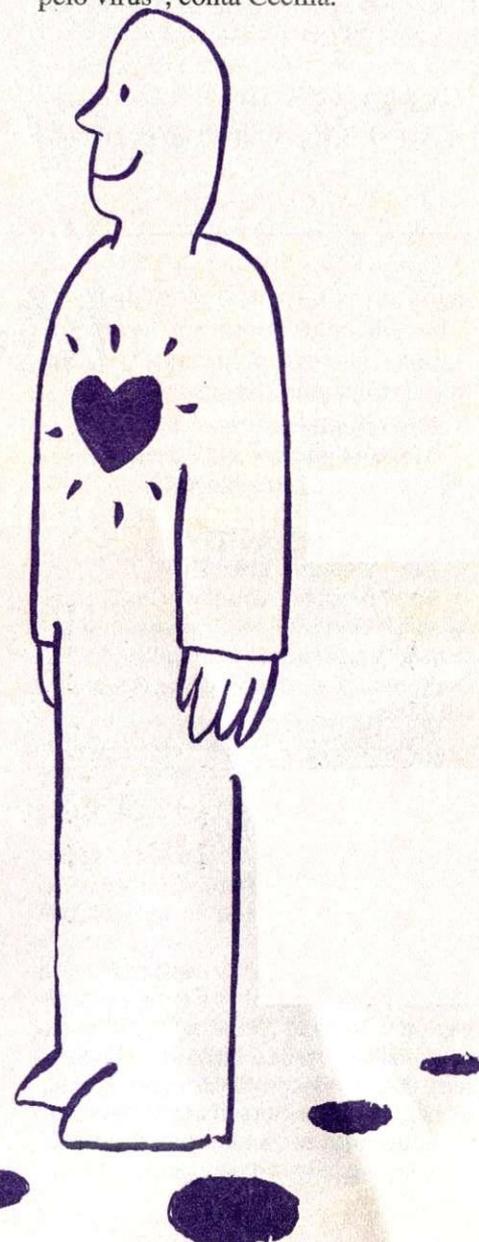
O CRP-06 realizou, no dia 6 de dezembro, em sua nova sede, o evento Ética e Aids: saúde e preconceito. O encontro, realizado para marcar a passagem do 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate à Aids, contou com palestras de Camila Peres, psicóloga do Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids, Cecília Casal Oliveira, psicóloga da Associação para Prevenção e Tratamento da Aids (Apta) e do Núcleo de Estudos do Luto da PUC/SP (Lelu), Cássio Rogério D. L. Figueiredo, conselheiro do CRP-06 e psicólogo do Programa Municipal DST/Aids, Celi Denise Cavallari, psicanalista e psicóloga convidada da gestão do CRP-06, e de Edna Maria Lopes, representante estadual da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids.

Na ocasião os palestrantes apresentaram ao público alguns dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos na área de tratamento e prevenção de Aids, alertando

para as questões éticas que a epidemia vem apontando. Camila Peres destacou a necessidade de que os trabalhos de prevenção da doença sejam também dirigidos para a construção da cidadania e de valores éticos e morais. Citando como exemplo suas atividades junto à Febem, Camila salientou que a instituição não orienta suas atividades para a reeducação dos internos, que não têm expectativa de vida ao saírem para as ruas. Cecília, por sua vez, ressaltou o papel de escuta do psicólogo nos trabalhos com portadores do HIV/Aids, defendendo a idéia de que a saúde mental é um fator básico para a qualidade de vida e sobrevivência dos que contraíram o vírus.

Para Cássio, o surgimento da Aids provocou mudanças na relação do paciente com os serviços públicos de saúde e dos profissionais com os pacientes. O psicólogo destacou que, no seu entendimento, a Aids propõe uma retomada do exercício da ética, da prática

da solidariedade e da colaboração. Já Celi abordou a questão do preconceito que acompanha a Aids desde o seu surgimento. Fazendo exposição das conclusões de pesquisa realizada com portadores do vírus HIV/Aids, a psicóloga mostrou que os impactos do diagnóstico reduzem significativamente quando os pacientes se sentem acolhidos e acompanhados. Finalizando o evento, a representante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com Aids deu seu testemunho sobre a realidade dos portadores do HIV. Edna destacou os preconceitos e as discriminações de que os portadores do vírus são vítimas, citando o despreparo de profissionais para lidar com a questão, inclusive os psicólogos.



## PRÁTICAS ALTERNATIVAS

## Fórum aprova Resoluções

O Conselho Federal de Psicologia publicou no Diário Oficial da União em 21 de outubro, na Seção I, pág. 23.775, as seguintes resoluções aprovadas pelo Fórum Nacional de Práticas Alternativas, realizado em Brasília, de 27 a 29 de junho:

**Resolução CFP nº 010/97, de 20 de outubro de 1997**

**Ementa:** Estabelece critérios para divulgação, publicidade e exercício profissional do psicólogo, associados a práticas que não estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia.

**O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA** no uso de suas atribuições legais e regimentais e:

**CONSIDERANDO** a necessidade de disciplinar a divulgação do exercício profissional associado às técnicas em desacordo com os critérios científicos estabelecidos pela Psicologia;

**CONSIDERANDO** as propostas discutidas e aprovadas pelo Fórum de Práticas Alternativas realizado em Brasília no período de 27 a 29 de junho de 1997;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - É permitido ao psicólogo,

no exercício profissional, na divulgação e publicidade através dos meios de comunicação, vincular ou associar o título de psicólogo e/ou ao exercício profissional, somente técnicas ou práticas psicológicas já reconhecidas como próprias do profissional psicólogo e que estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da psicologia.

**Art. 2º** - As técnicas e práticas ainda não reconhecidas pela Psicologia poderão ser utilizadas no exercício profissional, enquanto recursos complementares, desde que:

I) estejam em processo de pesquisa conforme critérios dispostos na Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde;

II) respeitem os princípios éticos fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo;

III) o profissional possa comprovar junto ao CRP a habilitação adequada para desenvolver aquela técnica, e

IV) o cliente declare expressamente ter conhecimento do caráter experimental da técnica e da prática utilizadas.

**Art. 3º** - A não observância desta Resolução constituir-se-á em infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo.

**Art. 4º** - Caberá aos Conselhos Regionais orientar, disciplinar e fiscalizar, junto à categoria, a observância do disposto nesta Resolução.

**Art. 5º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções CFP nº 29/95 de 16/12/95 e 16/94 de 03/12/94.

Brasília, 20 de outubro de 1997

**Resolução CFP nº 011/97, de 20 de outubro de 1997**

**Ementa:** dispõe sobre a realização de pesquisas com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia.

**O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA** no uso de suas atribuições legais e regimentais e:

**CONSIDERANDO** a necessidade de disciplinar as pesquisas com técnicas e métodos não reconhecidos pela Psicologia;

**CONSIDERANDO** as propostas debatidas e aprovadas pelo Fórum de Práticas Alternativas realizado em Brasília no período de 27 a 29 de junho de 1997;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Todo psicólogo que esteja

desenvolvendo pesquisas em métodos ou técnicas não reconhecidos no campo da Psicologia deverá ter protocolo de pesquisa aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa reconhecido pelo Conselho Nacional de Saúde, conforme Resolução CNS 196/96 ou legislação que venha a substituí-la.

**Art. 2º** - É vedado ao psicólogo pesquisador receber, a qualquer título, honorários da população pesquisada.

**Parágrafo único** - A população pesquisada dará o seu consentimento expresso para participar da pesquisa, ficando vedada qualquer forma de remuneração do pesquisado.

**Art. 3º** - O reconhecimento da validade dos resultados das pesquisas em métodos ou técnicas não reconhecidos no campo da psicologia dependem da ampla divulgação dos resultados, derivados de experimentação e reconhecimento da comunidade científica e não apenas da conclusão das pesquisas.

**Art. 4º** - As pesquisas em andamento adequar-se-ão a esta Resolução no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 5º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1997

## LIVROS

## Meltzer em São Paulo

**Organizadores:**

**Maria Olympia de A.F. França**

**Evelise de Souza Marra**

**Editora**

**Casa do Psicólogo, 1997**

**Por: Antônio Carlos Eva**

Nas 290 páginas deste livro, recebemos um relato vivo e fiel do encontro que a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo organizou entre Meltzer e nossos psicanalistas.

Pensamos ser uma descrição de uma semana de trabalho, muito especial, clínico e teórico, onde as duas vertentes se complementam e fertilizam.

Há uma diversidade grande de estímulos, nos seminários descritos, fruto das experiências de analistas de nossa Sociedade aqui relatadas.

É possível perceber a maneira franca e verdadeira com a qual este grupo, coordenado por Meltzer, recebe as questões e o encaminhamento de solução que dá às mesmas, quer no campo clínico, quer na argumentação teórica que subjaz ao mesmo.

A qualidade maior que resulta deste livro é ser quase uma reportagem de um tra-

balho prático, espontâneo, percebido deste encontro psicanalítico. As teorias usadas parecem complementos para a prática real e viva da qual participamos.

Meltzer está particularmente feliz em sua intervenção, ao ampliar e surpreender em cada situação clínica ou pergunta a ele dirigida, pois pode usá-las como oportunidade para discorrer sobre sua conceitualização de mundo mental. Enfatiza ao longo dos seminários a sua concepção central no trabalho: criar um ambiente protegido e acolhedor, onde o paciente possa retomar seu pensamento e saber de si. Afasta-se, portanto, da visão psicanalítica que busca resolver "conflitos de desenvolvimento".

Este livro poderá ser também tomado como roteiro para o conhecimento dos processos de pensamento, das confusões resultantes de quando o mesmo está suspenso ou truncado, bem como do papel dos sonhos na sua percepção de vida mental.

Meltzer nos conta, apoiando-se nas descrições clínicas, a evolução de seu interesse em psicanálise, onde o Bom e o Mau foram substituídos por novo par: confusão-pensamento, que se mostrou mais útil para saber-

mos a respeito do fardo que representa o conhecimento de nossa vida versus a limitada possibilidade de mudanças, por ação, neste conhecimento. Conta-nos e nos mostra, no trabalho prático que desenvolvemos, como isto se dá.

Cito, a título de exemplo, sua argumentação na Conferência de abertura – Dream Life – a respeito da área íntima e da área casual ou contratual, das relações afetivas e como a psicanálise – através do estudo do pensamento e suas perturbações – pode ajudar o analisando a conhecer sua área de intimidade.

Aborda, na ocasião, a questão da psicanálise como um processo de auto-conhecimento, em comparação com processos de adaptação social e de busca de eficiência na área contratual; ou seja, distingue a busca de análise por pessoas que procuram exclusivamente benefícios na mesma versus aquelas que acabam por conhecer sua própria vida mental e eventualmente encontram benefícios a partir deste saber. É claro, também, que isto implica uma posição específica do analista.

Creio que estamos diante de uma rara

oportunidade, neste livro, para conhecermos um encontro entre psicanalistas, que oscilou entre prática clínica e bases teóricas desta prática, feito de maneira simples e profundamente envolvente, por sua veracidade e franqueza que se capta a cada página.

## ATENÇÃO PSICÓLOGO

O Jornal do CRP anunciou, em sua edição 107 (set./out.), a publicação de uma reportagem sobre Psicologia do Trabalho. Porém, devido ao grande número de acontecimentos nos dias que antecederam o fechamento desta edição, que exigiam divulgação imediata para a categoria, foi necessário rever a pauta de notícias a serem publicadas neste mês. Como a referida matéria não pretende discutir questões factuais referentes à Psicologia do Trabalho, mas fazer uma análise dos vários fatores do exercício profissional nessa área, sua publicação será na próxima edição, em janeiro de 1998.

## PROFISSÕES LIBERAIS

# Governo neoliberal desregulamenta profissões

Os efeitos da política neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso já começaram a chegar aos conselhos de fiscalização de profissões liberais. O presidente publicou, no dia 7 de novembro, a Medida Provisória nº 1.549-36, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e altera o caráter dos Conselhos Profissionais. Na verdade, trata-se de uma mesma medida que vem sendo periodicamente reeditada desde o início do governo FHC. "Dessa forma, o presidente vem usurpando as atribuições do poder legislativo e tomando

decisões autoritárias, pois, como as medidas provisórias têm um prazo limitado de vigência, terminado esse prazo ele apenas edita uma nova MP, explicou o conselheiro do CRP-06 José Roberto Tozoni Reis.

De acordo com o conselheiro, a versão da MP do dia 7 de novembro é uma modificação da MP do dia 10 de outubro e sua principal consequência é levar a cabo definitivamente a política do Estado mínimo. De acordo com essa política, por exemplo, os conselhos profissionais, que eram considerados como autarquias especiais de caráter

público, passam a ser "serviços de fiscalização de profissões regulamentadas exercidos em caráter privado por delegação do poder público, mediante autorização legislativa" (art. 58 da MP). Tozoni explicou que com a medida os conselhos não precisam mais ser instituídos por lei e não têm mais caráter federativo, ou seja "caminha para a desregulamentação das profissões, já que destitui dos conselhos seu caráter público e estimula a criação de outros serviços de fiscalização". Trocando em miúdos, não existirão mais critérios e parâmetros nacionalmente

reconhecidos em lei, já que o Estado está se eximindo totalmente de suas responsabilidades de regulamentar o exercício profissional.

Tozoni chamou atenção ainda para o fato, por ele considerado de extrema gravidade, de que os conselhos profissionais se transformaram em focos de resistência, em instrumentos de intervenção nas políticas públicas. São referências para a sociedade. Com seu enfraquecimento, estão dadas as condições para a implantação definitiva da política de terra arrasada em projetos públicos.

## LUTA TRABALHISTA

## Psicólogo da Saúde conquista jornada de 30 horas semanais

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou, em sua sessão do dia 9 de dezembro, projeto de lei de redução da jornada de trabalho dos profissionais da Secretaria da Saúde de 40 horas para 30 horas semanais. A votação ocorreu em clima de tranqüilidade, por acordo entre os partidos e o governador deverá sancionar a nova Lei em 120 dias.

O projeto, apresentado pelo governador Mário Covas sob a rubrica Lei Complementar 36, de 1997, beneficiará, além dos psicólogos, todos os profissionais que trabalham diretamente com saúde, o que corresponde a 60% do total do quadro de funcionários da Secretaria.

O projeto foi elaborado em cumprimento a compromisso assu-

mido pelo governador Mário Covas quando da greve da Saúde, em meados deste ano, de aglutinar vários projetos de profissionais da saúde que já haviam sido apresentados e estavam tramitando na Assembléia. Este compromisso do governador foi fruto de negociações levadas a cabo por várias entidades em parceria: Conselho, Sindicato dos Psicólogos, Fenapsi e Sindsaúde. O primeiro desses projetos que havia sido apresentado era justamente o dos psicólogos, elaborado pelo sindicato com apoio do CRP, vinculando carga horária com salário mínimo profissional. O próximo passo dos psicólogos é manter a luta para estender a conquista da jornada de 30 horas semanais aos profissionais das outras áreas da psicologia.

## LUTA ANTIMANICOMIAL

## Movimento realiza III Encontro Nacional

O Movimento da Luta Antimanicomial realizou, de 5 a 9 de novembro, em Porto Alegre, seu III Encontro Nacional, em que foram discutidos os avanços na luta pela substituição do modelo hospitalocêntrico de atendimento a portadores de sofrimento mental. Participaram cerca de 700 pessoas de todo o país, entre usuários do sistema, familiares e trabalhadores de saúde. A pauta do encontro foi dividida nos seguintes eixos temáticos: Formação do profissional de saúde mental, Assistência ao adulto, Assistência à Criança e a Questão do trabalho e legislação. De acordo com os participantes da Luta, o movimento avançou nos últimos anos, com um grande aumento na participação de usuários e familiares. No encontro, constatou-se também um aumento no número de Estados e municípios em todo

o país que vêm gradativamente assumindo as bandeiras da luta antimanicomial.

Durante o evento, foi eleita a nova representante do Movimento na Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica, a psicóloga Sandra Fagundes, do Rio Grande do Sul. Também foi escolhido o município de Alagoas para sediar a Secretaria Nacional da Luta e o próximo Encontro Nacional daqui a dois anos. As deliberações do II Encontro Nacional da Luta Antimanicomial serão encaminhadas à Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica.

Informe publicitário

CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS  
MÃE - BEBÊ - FAMÍLIA

CURSOS - 1998

- Estudos Observacionais MODELO TAVISTOCK  
- Psicoterapia Psicanalítica de Crianças e Adolescentes

Inscrições Abertas

Informações: Tel. 853-2868 / 852-9979

## RECADASTRAMENTO

# Homens investem mais em pós-graduação

A comparação entre os dados encontrados no recadastramento realizado pelo CRP e Fundação Seade permite afirmar que, de modo geral, os homens investem mais em formação pós-graduada do que as mulheres. Além disso, os mesmos dados indicam que os psicólogos ex-casados (separados/divorciados e viúvos) investem mais do que os casados e estes, por sua vez, mais do que os solteiros. A análise foi feita pelo conselheiro do CRP-06 José Roberto Tozoni Reis, que explicou também que “isto não se dá de uma forma linear em todos os tipos de cursos de pós-graduação. Essas diferenças se manifestam a partir dos cursos de mestrado, pois no nível de especialização elas são menos evidentes”.

De acordo com o conselheiro, o investimento em cursos de pós-graduação é um indicativo das condições da qualificação dos profissionais. Como já foi divulgado anteriormente pelo *Jornal do CRP*, o índice de formação pós-graduada entre os psicólogos é baixo: apenas 30,61% dos psicólogos recadastrados no Estado de São Paulo fizeram algum tipo de formação pós-graduada. “Se considerarmos os cursos de pós-graduação por tipo, vemos que, entre os pós-graduados, a grande

maioria se concentra nos cursos de especialização, chamados cursos de pós-graduação *lato sensu*”, disse Tozoni.

Para exemplificar suas afirmações, o conselheiro cruzou os dados das tabelas que permitem comparar a formação pós-graduada com as variáveis de sexo e estado civil. A primeira coluna à esquerda refere-se ao número de psicólogos recadastrados naquela categoria. As demais apresentam o número de psicólogos daquela categoria que cursou o tipo de pós-graduação enunciado no alto da coluna e o percentual referente aos recadastrados naquela categoria.

Se consideramos a variável sexo, vemos que no nível de especialização os

percentuais são muito próximos (27,13% dos homens e 28,14% das mulheres) com vantagem para as mulheres. A partir do mestrado a presença masculina nos diversos cursos é significativamente maior: Mestrado: 9,54% a 4,70%; Doutorado: 2,55% a 1,05%; e Pós-Doutorado: 0,44% a 0,10%.

Quando analisamos a tabela que se refere ao estado civil, constatamos que a tendência predominante é a do aumento do percentual de cursos de pós-graduação realizados na mesma ordem da cronologia das assunção dos estados: solteiro, casado, viúvo ou separado. A única exceção refere-se à posição dos separados/divorciados em

relação a pós-doutorado (frequência menor que viúvos e casados).

Em todos os tipos de cursos realizados o desempenho de separados/divorciados é bastante próximo ao dos viúvos, que, por sua vez, é sempre um pouco mais alto que o dos casados. Estes estão também sempre acima dos solteiros. “As diferenças registradas podem ser explicadas pela própria variável cronológica: a seqüência dos cursos faz com que mestrado, doutorado e pós-doutorado sejam cursados com idades cada vez maior, da mesma forma que as pessoas se casam, enviuvam ou separam na mesma seqüência”, finalizou o conselheiro.

## PSICÓLOGOS, POR SEXO, SEGUNDO CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, POR TIPO

		CURSOS							
SEXO	PSICÓLOGOS	ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO		PÓS-DOUTORADO	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Homens	2.978	808	27,13	284	9,54	76	2,55	13	0,44
Mulheres	24.580	6.916	28,14	1.156	4,70	258	1,05	24	0,10
<b>TOTAL</b>	<b>27.558</b>	<b>7.724</b>	<b>28,03</b>	<b>1.440</b>	<b>5,22</b>	<b>334</b>	<b>1,21</b>	<b>37</b>	<b>0,13</b>

## PSICÓLOGOS, POR ESTADO CIVIL, SEGUNDO CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO RELIZADOS, POR TIPO

		TIPOS - PÓS-GRADUADOS							
EST. CIVIL	PSICÓLOGOS	ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO		PÓS-DOUTORADO	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Solteiro	10.445	2.681	25,67	414	3,96	75	0,72	7	0,07
Casado	14.175	4.048	28,56	794	5,60	192	1,35	25	0,18
Viúvo	306	105	34,31	25	8,17	6	1,35	1	0,33
Sep/Divorc.	2.610	887	33,98	206	7,89	61	1,96	4	0,15
Não Responderam	22	3	13,64	1	4,54	0	2,34	0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>27.558</b>	<b>7.724</b>	<b>28,03</b>	<b>1.440</b>	<b>5,22</b>	<b>334</b>	<b>1,21</b>	<b>38</b>	<b>0,14</b>

Fonte: CRP-06, Fundação Seade, Recadastramento Profissional dos Psicólogos. O recadastramento foi realizado no período de 03/06/94 a 31/05/95

## Informe publicitário

### TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE

A prática de um discurso  
Seminários, Ciclos de Palestras, Grupos  
de Estudos, Direção da Cura...  
informações:

Rua do Livramento, 187 - sl. 2 - Tel (011) 887-9462  
Rua Tutóia, 795 - Casa 2 - Tel (011) 931-3659  
E-mail: braghini@uol.com.br

## Informe publicitário

### CLIFAM

Clínica de Terapia de Família e Casal - SP,  
oferece curso "INTRODUÇÃO À TERAPIA  
FAMILIAR SISTÊMICA",  
Coord.: Silvana Cappanari  
entrevistas p/ seleção e inscrições:  
de 15/01 a 05/02.

Duração: 1 ano. Início: 03/03/98.

INFORMAÇÕES: (011) 3061-1625.

## OPINIÃO

# A responsabilidade civil dos hospitais psiquiátricos frente ao Código de Defesa do Consumidor

EDUARDO SILVEIRA MARTINS\*

O presente artigo visa a mostrar que o Código de Defesa do Consumidor é um eficiente instrumento a ser utilizado pelos usuários da saúde mental e seus familiares no que diz respeito à obtenção de reparação dos danos sofridos em virtude dos serviços prestados pelos Hospitais e Sanatórios Psiquiátricos.

Responsabilidade Civil é a obrigação imposta a uma pessoa de ressarcir os danos sofridos por alguém. Estabelece o Código de Defesa do Consumidor (CDC) em seu artigo 14 que *"...O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de serviços..."*

A norma não se dirige apenas para os comerciantes no sentido tradicional do termo, mas a todas as pessoas físicas ou jurídicas que se envolvam com as atividades expressamente mencionadas no CDC. E a atividade médico-hospitalar é uma atividade tipicamente de prestação de serviço, razão pela qual os Hospitais e Sanatórios Psiquiátricos estão plenamente enquadrados no referido artigo, pois oferecem ao público serviços psicoterapêuticos e de hospedagem, enquadrando-se perfeitamente no conceito de "fornecedor", e o usuário no conceito de "consumidor".

Portanto, a relação entre os usuários dos serviços de saúde mental e os respectivos Hospitais e Sanatórios é uma "relação de consumo", o que é extremamente importante ressaltar, uma vez que o Código de Defesa do Consumidor contém dispositivos que podem facilitar, e muito, o pleito dos usuários e seus familiares junto ao Poder Judiciário, estimulando o ingresso de demandas, o que sem dúvida também se constitui como legítimo instrumento de pressão sobre as referidas instituições.

As facilidades propiciadas pelo CDC são: a) O CDC estabelece a responsabilidade objetiva do prestador do serviço, ou seja, independentemente de culpa; b) O CDC prevê a reparação não só dos danos materiais, mas também dos danos morais; c) A inversão do ônus da prova a favor do consumidor, cabendo ao prestador do serviço provar sua inocência; d) O CDC considera como não escrita qualquer cláusula de não indenizar ou de irresponsabilidade dos hospitais pelos eventos danosos ocorridos dentro de sua dependência; e) O CDC estende aos entes públicos o conceito de fornecedor de serviço, de forma que os Hospitais e Sanatórios públicos também estão sujeitos às suas normas; f) O CDC prevê a assistência ao consumidor sem recursos, de forma que pode ele se beneficiar da "Justiça Gratuita", ingressando no Poder Judiciário sem ter que

arcar com custas processuais e honorários de advogado; g) O CDC prevê a criação de associações para defesa dos direitos dos consumidores, conferindo a estas associações capacidade para ingressar em juízo na defesa destes direitos, também com isenção de custas processuais.

Como visto acima, os Hospitais e Sanatórios Psiquiátricos oferecem serviços psicoterapêuticos e de hospedagem. Com relação aos primeiros, os serviços prestados são aqueles concernentes ao tratamento contratado. Constitui uma atividade de meios e não de resultado, ou seja, se obriga apenas a propiciar o melhor serviço ao seu alcance, tudo fazendo para cumprir aquilo a que se propôs. Não se obriga, contudo, a curar efetivamente o paciente. Quanto aos serviços de hospedagem, sua atividade é assemelhada à dos hotéis e pensões, pois compromete-se a fornecer acomodações e refeições condignas, encerrando obrigação de resultado no sentido de assegurar a incolumidade do paciente em tudo que seja capaz de lhe produzir dano.

Com efeito, inerente ao tratamento principal é o dever jurídico de vigilância que assume todo Hospital ou Sanatório Psiquiátrico que acolha para internação pacientes acometidos de distúrbios psíquicos que lhes subtraia ou restrinja, de modo transitório ou não, a capacidade de se regerem. Não se pode, na verdade, conceber tratamento sanatorial a usuário de saúde mental que precise de internação, sem adequada, escrupulosa e permanente vigilância. O usuário dos serviços de saúde mental, enquanto interno, está acobertado por cláusula de incolumidade, uma vez que *"...pesa sobre os hospitais a obrigação de incolumidade, onde o estabelecimento assume o dever de preservar o enfermo contra todo e qualquer acidente, como queda de mûcas, de camas ou mesmo agressão por parte de outro doente..."* (Teresa Anconna Lopez de Magalhães, "Responsabilidade Civil dos Médicos", Ed. Saraiva, 2ª ed., pág. 325).

Assim sendo, qualquer dano sofrido por um usuário dos serviços de saúde mental dentro das dependências do hospital gera para este a responsabilidade pela prestação de um serviço defeituoso, onde o fornecedor do serviço, no caso o hospital, responde pela reparação do dano, independentemente da existência de culpa, à luz da regra estabelecida no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, a responsabilidade dos Hospitais e Sanatórios Psiquiátricos se aperfeiçoa, sem questionamento de culpa, mediante o concurso de três pressupostos: a) defeito no serviço; b) evento danoso; c) relação de causalidade. É a chamada responsabilidade objetiva, acolhida pelo CDC para estas hipóteses, que manda desconsiderar, no

plano das provas, quaisquer investigações relacionadas à conduta do prestador dos serviços que é, assim, irrelevante, para a solução da controvérsia. Na verdade, os Hospitais e Sanatórios só se exoneram da responsabilidade se comprovarem: não terem realizado os serviços; culpa exclusiva da vítima ou de terceiro ou ocorrência de caso fortuito ou força maior, que são acontecimentos fáticos incontroláveis pela vontade humana. Dentro do conceito de "terceiros" não estão os demais pacientes e os funcionários da instituição. Oportuno citar decisão da Justiça paulista num caso em que o usuário morreu ao tentar fugir do Sanatório, cujo teor é o seguinte:

*"Morrendo o paciente - que, pelas condições psicopatológicas, devia estar sob vigilância ininterrupta - enquanto tentava fugir, a culpa é suposta in re ipsa, e da conseqüente presunção só se livra o estabelecimento, no caso em que se livraria o tutor, ou curador, ou seja, se provar que não houve da sua parte culpa ou negligência - isto é, que cumprira, com suficiente atenção, em todo o tempo, o seu dever de vigilância."*

*De modo que, ao contrário do que se estimou, a culpa não tinha que ser provada. Até porque já podia ser vista como tal. Nem precisa, com efeito, grande esforço por convencer de que, se a história clínica do paciente registrava duas fugas bem-sucedidas e, na própria tarde do infortúnio, tentara ele escapar, escondendo-se na cobertura do pátio e, surpreendido, avisara que tentaria de novo, era patente a necessidade de cuidados precisos para evitar que o fizesse. E, se nisto relaxou o estabelecimento, permitindo que, na mesma noite, por grave falha no sistema ordinário de vigilância contínua, nenhuma a houvesse no quarto coletivo, quando a vítima pulou a janela, estatelando-se, seria de todo impróprio, senão errado, dizer que não andou com culpa, a qual está no fato mesmo (in re ipsa), já não suposta, mas provada."*

A responsabilidade não abrange tão somente a reparação dos danos patrimoniais. O CDC prevê no art. 6º, VI, como direito básico do consumidor, "a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais".

Também cumpre ressaltar que não possui qualquer validade jurídica as chamadas "cláusulas de não indenizar", as quais costumam ser estabelecidas em contrato ou nos regulamentos e estatutos dos Hospitais Psiquiátricos. Por força do art. 25 do CDC é vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenua a obrigação de indenizar prevista no Código. Todas essas cláusulas exonerativas consideram-se não escritas e

devem ser desconsideradas pelos respectivos usuários dos serviços de saúde mental, sendo inadmissível a estipulação de cláusula de irresponsabilidade, ainda mais nos casos de instituições que tomam a seu cargo, de maneira provisória ou definitiva, o tratamento ou a guarda de portadores de distúrbios psíquicos, porque se considera inerente à função assumida a obrigação de velar pela integridade física dos internos.

O CDC estabelece também que a responsabilidade por danos do prestador de serviços não envolve somente as empresas ligadas à iniciativa privada. O art. 22 do CDC estende esta responsabilidade aos órgãos públicos, vale dizer, aos entes administrativos centralizados ou descentralizados. Como o Hospital ou Sanatório Psiquiátrico presta serviço de saúde pública, este deve ser adequado, eficiente, seguro e contínuo, por se tratar de serviço essencial, cabendo ao consumidor, em caso de dano, o direito de acionar o Estado com base no art. 22 do Código.

Os consumidores sem recurso poderão utilizar os benefícios da "Justiça Gratuita", podendo ingressar em juízo isentos de pagarem custas processuais e honorários advocatícios. No Estado de São Paulo esta assistência é feita pela Procuradoria do Estado e por advogados cadastrados para este fim na OAB, mediante convênio mantido entre esta e aquele órgão público. Nos demais Estados, a assistência é feita pela "Defensoria Pública".

A mais importante inovação, contudo, é a possibilidade da criação de associações para defesa dos direitos dos consumidores, no caso dos consumidores dos serviços de saúde mental. Esta finalidade específica deve constar expressamente em seus estatutos constitutivos, ficando esta associação legitimada para defender na Justiça os interesses coletivos dos usuários de saúde mental, podendo demandar sem ter que arcar com custas processuais, ainda que venha a perder a demanda. É um meio muito eficaz para que os usuários da saúde mental lutem pelos seus direitos, não ficando mais na dependência do Poder Público, passando inclusive a prescindir do Ministério Público para ingressar na Justiça.

Estas são em síntese as inovações trazidas pelo Código de Defesa do Consumidor, aplicável às relações entre os usuários da saúde mental e os Hospitais e Sanatórios Psiquiátricos privados ou públicos. O problema não é, portanto, de falta de dispositivo legal, mas sim de divulgação e conscientização da existência do Código de Defesa do Consumidor e do alcance de sua aplicação.

\*Eduardo Silveira Martins, é Advogado em Ribeirão Preto-SP

## ORIENTAÇÃO

# Para onde vai seu dinheiro

O início do ano é a época de o psicólogo efetuar o pagamento das contribuições das entidades de sua categoria. São contribuições obrigatórias, definidas em leis federais, para a execução dos projetos das entidades: Conselho Federal e Regionais, Sindicato, Federação Nacional de Psicólogos e Confederação Nacional de Profissionais Liberais.

Muitos são os profissionais que recorrem ao Centro de Orientação do Conselho para esclarecimentos a respeito, e o que os conselheiros do CRP verificam é que, em muitas das consultas, os psicólogos não conseguem diferenciar entre a natureza e os objetivos de cada uma dessas taxas. Por esse motivo, o *Jornal do CRP* explica, abaixo, a diferença entre elas:

**Anuidade do Conselho** - É a única taxa cobrada pelo Conselho Regional de Psicologia de seus associados. É obrigatória de acordo com o Decreto Federal 79.822 de 17/06/77, que regulamenta a Lei 5.766. O valor da anuidade é definido em assembleia-geral da categoria, que acontece sempre no final do ano. Para o próximo ano a anuidade do conselho será de R\$120,00. Segundo informações do conselheiro-presidente do CRP, Sidnei Corocine, tal valor, que cresce em R\$20,00 a anuidade cobrada nos dois anos

anteriores foi deliberado devido a futuros investimentos destinados a: eventos, ações e publicações em defesa das políticas públicas, realização dos congressos Regional e Nacional da Psicologia, eleições regional e nacional, implantação da Web-site do CRP.

A anuidade de 1998 poderá ser paga das seguintes maneiras: até o dia 30 de janeiro, com 10% de desconto (R\$108,00); até o dia 27 de fevereiro com 5% de desconto (R\$114,00) ou até o dia 31 de março, o valor integral de R\$120,00. O psicólogo também poderá efetuar o pagamento de R\$120,00 em três vezes parcelas de R\$40,00, a partir do dia 30 de janeiro. Os boletos serão enviados para os psicólogos até 15 de janeiro. Em caso de não recebimento até o dia 23 de janeiro, o psicólogo deverá entrar em contato com o CRP. Os conselhos regionais de todo o país repassam 25% do que recolhem de seus profissionais para manter o Conselho Federal de Psicologia. Os CRs da segunda até a oitava região repassam mais 0,5% de sua receita líquida para manutenção dos núcleos da região norte agregados ao CRP-01.

**Contribuição sindical** - É o conhecido imposto sindical. Também é contribuição obrigatória, segundo os artigos

599, 606, 607 e 608 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O valor desse imposto geralmente é o desconto de um dia de salário, uma vez por ano, dos profissionais empregados. No caso de profissionais autônomos, o pagamento é feito via boleto. O Sindicato aconselha os profissionais a efetuarem o pagamento através do boleto que envia para todos os profissionais, inclusive os autônomos, cujo valor é calculado pela média salarial dos psicólogos. "Dessa forma, o valor é sempre menor do que o calculado pelas empresas, porque pegamos uma média geral e não pela média do sindicato majoritário como na conta de cada empresa", explicou Milton Baldon, diretor-tesoureiro do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo. A contribuição sindical de 1998 será de R\$ 36,00. Os profissionais empregados que efetuarem o pagamento através do boleto enviado pelo Sindicato, deverão levar ao departamento pessoal de sua empresa o comprovante de quitação, para que não sofram desconto em folha de pagamento.

Essa taxa é distribuída da seguinte maneira: 20% para a Conta Especial do Emprego Salário, 5% para a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, 15% para a Federação Nacional dos Psicólogos e 60% para o Sindicato. O Sindicato cobra essa contribuição por ser ela obrigatória, mas, segundo Baldon, tem posição politicamente contrária à sua cobrança e apóia o projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados em Brasília, de extinção gradativa desta taxa. "Não concordamos com o fato de um percentual dessa taxa ir para a Conta Especial do Emprego Salário, o que só onera o profissional, não lhe trazendo benefício algum."

**Contribuição Confederativa** - Foi criada em 1988 pelo artigo 8º inciso IV da

Constituição Federal. Seu valor é definido em Assembleia-Geral Extraordinária com base nos projetos a serem implementados no exercício seguinte. É responsabilidade do sindicato definir como será feita essa contribuição, se será obrigatória e para quem. É distribuída da seguinte forma: 89,1% para o Sindicato, 0,1% para a Confederação dos Profissionais Liberais e 10% para a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi).

De acordo com informações de Baldon, no exercício de 1998 a taxa cobrada será de R\$ 65,00. A data de vencimento será o dia 31 de janeiro. O psicólogo que efetuar o pagamento até o dia 10 de janeiro, terá direito a 5% de desconto. Ainda segundo o diretor financeiro do Sindicato, a taxa será obrigatória para todos os profissionais sindicalizados ou não, à exceção dos desempregados, dos profissionais que não exercem a profissão e dos formados no 1º e no 2º semestres de 1997. Ele informou ainda que, no próximo ano, os profissionais que pagarem a Contribuição Confederativa poderão se sindicalizar sem nenhum ônus, devendo apenas apresentar uma foto 3X4, a cópia do comprovante da contribuição e uma carta solicitando sua filiação ao Sindicato.

## A SUBSEDE DE SANTOS CONVIDA:

*Todos os psicólogos e estudantes de Psicologia a participarem da noite de "Oficina de Ikebana" - atividade desenvolvida como técnica terapêutica complementar pelo NAPS de São Vicente.*

**DATA:**  
15 de janeiro,  
às 19h30

**Local:** Subsede de Santos  
Rua Martim Francisco, 225 - Encruzilhada - Santos  
**Inscrições antecipadas pelo telefone:**  
(013) 235-2324 até 9 de janeiro de 1998

## INFORME

### Atenção psicólogo de Bauru e Região

*A comissão gestora - subsede Bauru comunica a todos que a subsede estará passando por uma reforma e, para melhor atendê-los, está em funcionamento temporário à rua Professor Gerson Rodrigues nº 2-39, Vila Universitária - Bauru/SP, no mesmo telefone: (014) 223-3147.*

JORNAL DO  
**CRP**  
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA  
6ª REGIÃO

Rua Borges Lagoa, 74  
Fone: (011) 574-7133  
Fax: (011) 575-0857  
CEP: 04038-004 - São Paulo - SP  
E-mail: crp06sp@nutecnet.com.br

IMPRESSO

